



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA**

---

**VERÔNICA PASCOETO ALMEIDA**

**ANÁLISE DOS SENTIDOS ATRIBUÍDOS À  
MULHER NOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA  
ROUSSEFF REFERENTES AO DIA 08 DE  
MARÇO [2011 a 2014]**

---

**LONDRINA**

**2016**

**VERÔNICA PASCOETO ALMEIDA**

**ANÁLISE DOS SENTIDOS ATRIBUÍDOS À  
MULHER NOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA  
ROUSSEFF REFERENTES AO DIA 08 DE  
MARÇO [2011 a 2014]**

**MONOGRAFIA**, apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de bacharela em Ciências Sociais.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dra. Ângela Maria de Sousa Lima

LONDRINA

2016

**VERÔNICA PASCOETO ALMEIDA**

**ANÁLISE DOS SENTIDOS ATRIBUÍDOS À  
MULHER NOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA  
ROUSSEFF REFERENTES AO DIA 08 DE  
MARÇO [2011 a 2014]**

**MONOGRAFIA**, apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de bacharela em Ciências Sociais.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dra. Ângela Maria de Sousa Lima

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Ângela Maria de Sousa Lima  
(Orientadora)  
Departamento de Ciências Sociais  
Universidade Estadual de Londrina

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Nilza da Silva  
Departamento de Ciências Sociais  
Universidade Estadual de Londrina

---

Prof<sup>a</sup>. Doutoranda Marcela Nunes de Oliveira  
Departamento de Ciências Sociais

Londrina, \_\_\_ de fevereiro de 2016.

## **AGRADECIMENTOS**

*Agradeço a todas e a todos que ao meu lado puderam dividir sorrisos, lágrimas, etc; várias experiências, das quais, me proporcionaram novos conhecimentos, novas maneiras do que é ser mulher.*

***Maria, Maria***

*É o som, é a cor, é o suor*

*É a dose mais forte e lenta*

*De uma gente que ri quando deve  
chorar*

*E não vive apenas aguenta...*

***(Maria Maria, Milton Nascimento e  
Fernando Brant).***

## LISTA DE SIGLAS E DE ABREVIATURAS

<b>DCNs</b>	Diretrizes Curriculares Nacionais
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>PV</b>	Partido Verde
<b>CNJ</b>	Conselho Nacional de Justiça
<b>SPM</b>	Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM-PR)
<b>AD</b>	Análise de Discurso
<b>RASEAM</b>	Relatório Anual Socioeconômico da Mulher
<b>PAC</b>	Programa de Aceleração do Crescimento
<b>FEE</b>	Fundação de Economia e Estatística
<b>Colina</b>	Comando de Libertação Nacional
<b>VPR</b>	Vanguarda Popular Revolucionária
<b>PDT</b>	Partido Democrático Trabalhista
<b>PSDB</b>	Partido da Social Democracia Brasileira
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>Geledés</b>	Instituto da Mulher Negra
<b>SINAN</b>	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>NEAB/UEL</b>	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
<b>OCNs</b>	Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
<b>UEL</b>	Universidade Estadual de Londrina
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
<b>AAC</b>	Atividade Acadêmica Complementar
<b>PNPM</b>	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
<b>CPMI</b>	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
<b>CPMIVCM</b>	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>CAPÍTULO I - ANÁLISE DE DISCURSO: PROBLEMATIZANDO OS SENTIDOS DO SER MULHER NOS TEXTOS PRESIDENCIAIS</b> .....	14
1.1. O DISCURSO E SEUS EFEITOS DE SENTIDO: EXPLICANDO E EXERCITANDO O MÉTODO .....	14
1.2. UM POUCO DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA E POLÍTICA DA PRESIDENTA.....	24
1.3 POR QUE ANALISAR OS DISCURSOS DA PRESIDENTA DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER?.....	33
<b>CAPÍTULO II – AS PERSISTENTES DESIGUALDADES DE GÊNERO</b> .....	43
2.1. PROBLEMATIZANDO O CONCEITO E AS DESIGUALDADES DE GÊNERO.....	43
2.2. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	45
2.3. ALGUMAS POLÍTICAS PÚBLICAS ATUAIS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	53
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	60
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	63
<b>ANEXOS</b> .....	67
ANEXO 01 – DISCURSO DE 2011 .....	68
ANEXO 02 – DISCURSO DE 2012 .....	76
ANEXO 03 – DISCURSO DE 2013 .....	80
ANEXO 04 – DISCURSO DE 2014 .....	84

ALMEIDA, Pascoeto Verônica. ***ANÁLISE DOS SENTIDOS ATRIBUÍDOS À MULHER NOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF REFERENTES AO DIA 08 DE MARÇO [2011 a 2014]***. Monografia. Departamento de Ciências Sociais. Universidade estadual de Londrina. 2016. 85 pág.

## RESUMO

Esta pesquisa visou analisar os discursos políticos dos anos de 2011 a 2014, da presidenta Dilma Rousseff, tendo como recorte o dia 08 de março, dia Internacional da Mulher. Buscou-se identificar nas linhas dos pronunciamentos como são tratadas as relações sociais, as desigualdades de gênero, a noção de mulher e as políticas públicas para o enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil. Através dos métodos e dispositivos teóricos da Análise de Discurso, procurou-se questionar o papel simbólico da mulher, analisando como os sentidos de ser mulher são construídos e reproduzidos nestes discursos, mesmo em um contexto de crescente afirmação e de ampliação das lutas dos movimentos sociais por políticas públicas que objetivem sua emancipação e o pleno exercício de seus direitos. Portanto, destacando trechos e contextos, tentamos com esta análise compreender sociologicamente aspectos da produção, da reprodução, do silenciamento e da construção de significações de diferentes sentidos atribuídos ao ser mulher brasileira neste recortado momento histórico, onde os Movimentos de Mulheres relembram as lutas e reafirmam suas bandeiras na construção permanente por uma sociedade menos desigual.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso; Relações de Gênero; Violência contra a mulher.



## **ABSTRACT**

This research aimed to analyze the discourse which is present in president Dilma Rousseff's announcements in the years 2011, 2012, 2013 and 2014, during the International Women's Days, celebrated on March, 8th. It sought to identify in the announcements how social relationships and gender inequalities are handled as well as domestic violence, the idea of woman and the public policies for fighting violence against women in Brazil. Using the methods and theoretical devices from the Discourse Analysis, in order to understand the symbolic role of women, the study analyzed how the senses of being a woman are constructed and reproduced in these speeches, even in a context of increasing affirmation and expansion of social movements for public policies having as objective their emancipation and full exercise of their rights. Therefore, by highlighting passages and contexts, this analysis was a trial to understand the sociological aspects of production, reproduction, silencing and the construction of different meanings attributed to being a Brazilian woman during this historical moment in which the Movements for Women recall the struggles and reaffirm their flags in permanent construction for a less unequal society.

**Keywords:** Discourse Analysis; Gender relations; Violence against women.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho visa analisar os pronunciamentos realizados pela presidenta Dilma Rousseff, referentes ao Dia Internacional da Mulher, entre os anos de 2011 e 2014. A razão do recorte de tempo dos discursos (2011 e 2014) dá-se, no entanto, pelo fato da primeira eleição para presidência da República no Brasil ser disputada por candidatas mulheres: Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PV). Justifica-se também pelo fenômeno histórico de uma mulher ocupar pela primeira vez a Presidência da República no Brasil.

As comemorações do dia 08 de março<sup>1</sup>, Dia Internacional da Mulher, estão vinculadas às reivindicações dos movimentos de mulheres e feministas por melhores condições de trabalho, pelo direito ao voto e pela constituição de sociedades mais justas e igualitárias. Neste dia, principalmente, é debatido e relembrando, dentre tantos outros problemas e conquistas, sobretudo pelos movimentos sociais, o problema da violência contra a mulher, que no nosso entender configura-se como a maior expressão das desigualdades vividas entre homens e mulheres na sociedade brasileira e mundial. Como podemos verificar na reportagem:

Diante de 20 modalidades de violência citadas no momento da entrevista, duas em cada cinco mulheres (40%) já teriam sofrido alguma, ao menos uma vez na vida, sobretudo algum tipo de controle ou cerceamento (24%), alguma violência psíquica ou verbal (23%), ou alguma ameaça ou violência física propriamente dita (24%) (Pesquisa Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado. Fundação Perseu Abramo/SESC, 2010<sup>2</sup>).

Desta forma, parte-se da noção de que a violência contra a mulher é “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera

---

<sup>1</sup> Álvarez González, Ana Isabel. *As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres*. 2010.

<sup>2</sup> Ver em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/alguns-numeros-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil/>>. Acesso Junho, 2015

privada”, conceito este estabelecido a partir da Convenção de Belém do Pará, em 1994<sup>3</sup>.

A violência contra as mulheres é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres que conduziram à dominação e à discriminação contra as mulheres pelos homens e impedem o pleno avanço das mulheres (Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, dezembro de 1993). (BRASIL, CNJ, 2014, s/n)<sup>4</sup>.

Neste contexto, o problema de pesquisa centra-se em identificar nos pronunciamentos da presidenta como são tratadas as relações sociais de poder e de gênero, a violência doméstica, a noção de mulher (como a mulher é significada e reproduzida no discurso) e as políticas públicas para o enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil.

Enquanto objetivos específicos pretende-se analisar e questionar como o papel simbólico da mulher – aquele construído historicamente, está reproduzido nestes discursos presidenciais, tomando por base o contexto de afirmação de políticas públicas para sua emancipação. Também objetiva-se realizar uma análise sociológica nestes pronunciamentos, buscando saber para quem estão sendo dirigidos estes textos, com que finalidades, com quais sentidos aparecem nesses discursos. Quer-se verificar se há uma conduta de reprodução de sentidos (costumes) ou de silenciamento de lutas e conquistas das mulheres.

Como recorte metodológico serão analisados os quatro pronunciamentos transcritos durante a vigência do primeiro mandato de Dilma Rousseff como Presidenta do Brasil, referente ao Dia Internacional da Mulher (08 de março) entre os anos de 2011 e 2014. Os discursos que trabalharei estão disponíveis no site do Palácio do Planalto da Presidência da República do Brasil. Também utilizarei materiais referentes às políticas públicas disponíveis no site da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup>Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, adotada pela OEA em 1994.

<sup>4</sup>Disponível: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-aco/es/lei-maria-da-penha>>. Acesso: 07/01/2016.

<sup>5</sup> Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) – agora Ministério da Cidadania.

Com o estudo teórico-metodológico da Análise de Discurso (AD) (Orlandi) será possível refletir sobre os sentidos apontados às mulheres (como, por exemplo, ser mãe; corajosa; carinhosa, cuidadora, etc). Do mesmo modo, pretende-se analisar a maneira como a mulher, objeto de políticas públicas de combate à violência de gênero, foi vocalizada nos discursos presidenciais.

A título de exemplo, neste trecho, a mulher é referida como uma figura carinhosa e também responsável principal pelo núcleo familiar.

Hoje, Dia Internacional da Mulher, eu quero dar mais que um abraço carinhoso a todas vocês, que me ajudam com muita **força e dedicação a construir um novo Brasil para os nossos filhos e para os nossos netos**. Em homenagem à sua luta diária, decidi anunciar hoje **três medidas muito importantes para você e para sua família. Importantes especialmente para as mães de família mais pobres e as de classe média, que dividem, com seus maridos, a responsabilidade pelo sustento da casa**. (BRASIL, 08 de março de 2013)<sup>6</sup>. (grifos meus)

Numa breve análise, podemos afirmar que este excerto reforça o estereótipo de que a maternidade é o destino de toda mulher, conferindo à ela responsabilidades no âmbito do espaço doméstico, tanto para a educação de suas filhas e de seus filhos, quanto em relação ao sustento da casa (atividade econômica). Devemos observar no discurso também o que não está sendo dito, assim como o que pode ser dito.

Através dos procedimentos da AD, as possibilidades de interpretação e compreensão do texto abrangerão relação entre o objetivo e a análise teórico-metodológica. Portanto, o intuito é ver quais são os sentidos produzidos e reproduzidos, assim como a compreensão dos processos de significação presentes nestes textos. Quer-se compreender para ressignificar a dimensão feminina nas políticas públicas e nos programas governamentais de proteção e busca pela igualdade de direitos humanos, tão eloquentes nos discursos e ausentes nas práticas. Assim, trabalha-se com a seguinte hipótese: o discurso

---

<sup>6</sup> BRASIL, Palácio do Planalto. Pronunciamento à Nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, 08 de março de 2013. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv-por-ocasio-do-dia-internacional-da-mulher-1>>. Acesso: maio de 2014.

posiciona a mulher de maneira submissa, reproduzindo os papéis sociais que lhes foi dado historicamente na sociedade brasileira, o que a torna vulnerável à violência.

Afinal, no processo histórico-social brasileiro a luta pela conquista da cidadania plena da mulher e o reconhecimento de sua participação política, por meio do voto, por exemplo, foi um processo lento e que se deu só em 1934:

Com a promulgação da Constituição de 1934, finalmente, garantiu-se às mulheres o direito ao voto, declarando, em seu artigo 108, serem eleitores os brasileiros de ambos os sexos, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei. (BARRETO, Ana Cristina Teixeira. *Carta de 1988 é um marco contra discriminação*. Revista Consultor Jurídico<sup>7</sup>, 5 de novembro de 2010).

Sabe-se que a sociedade é constituída por múltiplas relações, dentre elas as relações de poder e de gênero, logo, o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim, o lugar de onde Dilma Rousseff fala pode-se classificar como uma posição de alta importância. A força da imagem de Dilma Rousseff não é vaga, não surge do nada, “assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder” (ORLANDI, 2007a<sup>8</sup>, p.42).

Resta acrescentar que todos os mecanismos de funcionamento do discurso repousam no que chamamos “formações imaginárias”. Assim não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. (ORLANDI, 2007a, p.40).

Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação” (ORLANDI, 2007a, p. 39-40). Assim, às informações oferecidas por este meio de comunicação, que é uma instância pública, cabem poucos meios e espaços de questionamento por parte das pessoas.

---

<sup>7</sup>Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-nov-05/constituicao-1988-marco-discriminacao-familia-contemporanea>> Acesso em: 05/08/2015.

<sup>8</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. São Paulo: Pontes, Campinas. 2007.

Desta forma, o comprometimento com o que venha a ser enunciado neste dia referido às mulheres é de grande importância, pois como agente regulador/a e reprodutor/a pode-se reproduzir sentidos numa lógica patriarcal, afirmando a inferioridade e submissão das mulheres ou pode-se trazer novos sentidos para se construir uma sociedade mais igualitária.

Noutro momento, se problematizarmos que durante muitos anos as sociedades impuseram uma posição social de inferioridade às mulheres, amplia-se o compromisso dessa importante agente em não reproduzir imagens de preconceitos e desigualdades nas suas comunicações oficiais.

Diante de tudo isso, busco com este trabalho contribuir para novas reflexões sobre a(s) questão(ões) da(s) mulher(es) no Brasil, sob o olhar das Ciências Sociais. Já que a violência sofrida por elas acontece há muitos séculos, faz-se urgente dar mais visibilidade para o tema, a fim de promover mudanças e transformações em nossa realidade desigual.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> O Brasil “com sua taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, o Brasil, num grupo de 83 países com dados homogêneos, fornecidos pela Organização Mundial da Saúde, ocupa uma pouco recomendável 5ª posição” (Mapa da Violência 2015, Homicídio de mulheres no Brasil. 1ª Edição: Brasília – DF – 2015, p.27).

## CAPÍTULO I

### ANÁLISE DE DISCURSO: PROBLEMATIZANDO OS SENTIDOS DO SER MULHER NOS TEXTOS PRESIDENCIAIS

#### 1.1. O DISCURSO E SEUS EFEITOS DE SENTIDO: EXPLICANDO E EXERCITANDO O MÉTODO

Para que se possa compreender os discursos e seus efeitos de sentidos, farei uso da metodologia de Eni Orlandi (2007), sobre a Análise de Discurso (AD). Porque o discurso não é meramente um texto, mas o processo histórico de produção de sentidos. Desta maneira, a autora explica que, etimologicamente, a palavra discurso;

tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2007a, p.15).

Com a Análise de Discurso busco mostrar que nos pronunciamentos presidenciais pode-se observar que existe uma história, ou várias histórias acerca da realidade das mulheres no Brasil, e a(s) mesma(s) permanece(m) silenciada(s) nos principais trechos do texto.

Este caminho metodológico possibilita observar que o tema discutido pela presidenta não é abstrato, nem meramente ilustrativo de nossa realidade social, política, cultural e econômica. Questiono se a cultura machista, discriminatória com as mulheres até hoje está sendo problematizada nos pronunciamentos, de maneira implícita ou não, assim como interessa perceber quais os sentidos reproduzidos no *dito e não-dito*.

Com isto, a tarefa da AD é trazer à luz sentidos, conceitos, normas, costumes e questioná-los, afinal, “a Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando” (ORLANDI, 2007a, p.15-16). Assim, todo sujeito falante e todo sujeito ouvinte ocupa um lugar na sociedade. Isso faz parte da significação e do processo histórico.

Quando a autora fala sobre dispositivos e procedimentos na Análise de Discurso, ela demonstra quais as etapas dessa metodologia. E neste momento, o contato com o texto será a primeira etapa, ou seja, procurar ver no texto sua discursividade é o primeiro passo para compreender o discurso.

Esta etapa faz com que se perceba as “configurações das formações discursivas que estão dominando a prática discursiva em questão” (ORLANDI, 2007a, p.78). O que o analista fará é “tornar visível o fato de que ao longo do dizer se formam famílias parafrásticas, relacionando o que foi dito com o que não foi dito, com o que poderia ser dito, etc.” (ORLANDI, 2007a, p.78).

Já na segunda etapa, a autora nos mostra que a partir do objeto discursivo “o analista vai incidir uma análise que procure relacionar as formações discursivas distintas com a formação ideológica que rege essas relações” (ORLANDI, 2007a, p.78).

Algo importante nesta análise é que devemos observar o que não está sendo dito, ou o que não pode ser dito devido à conjuntura social. E, também, temos em mente que ao longo do dizer existe toda uma margem de não-ditos que também significam.

Existem formas de trabalhar com o não-dito na Análise de Discurso, uma delas trata-se do *silêncio*. O silêncio, que chamamos de *fundador*. É o “silêncio que indica que o sentido pode sempre ser outro” (ORLANDI, 2007a, p.83). Também há o *silenciamento* ou, como Orlandi refere-se, política do silêncio que, por sua vez, se divide em:

*Silêncio constitutivo*, pois uma palavra apaga outras palavras (para dizer é preciso não-dizer), e; o *silêncio local*, que é a censura, aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura. (ORLANDI, 2007a, p.83).

A autora afirma também que numa sociedade como a nossa as relações de poder produzem sempre a censura. Neste âmbito, há sempre silêncio acompanhando as palavras.

Desta forma, no discurso iremos ter o emissor que irá transmitir uma determinada mensagem/informação ao indivíduo receptor, mensagem essa que é formulada em códigos e que diz respeito a algum elemento e/ou situação da realidade. Não se trata de transmissão de informação (o discurso), mas de um processo de constituição de sujeitos e produção de sentidos, como Orlandi coloca:



no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação” (ORLANDI, 2007a, p.21).

Para que possa interpretar o discurso, isto é, enxergar os sujeitos e a situação, faz-se necessário entender as condições de produção que nela incluem o contexto sócio-histórico e ideológico. Também faz parte da produção do discurso a “memória”.

Orlandi explica que a “memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso” (ORLANDI, 2007a, p.31). E o interdiscurso é “todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido” (ORLANDI, 2007a, p.33).

**Minha chegada à Presidência significou um momento único de afirmação da mulher na sociedade brasileira.** (BRASIL, 08 de março de 2012)<sup>10</sup>. (grifos meus)

Sei que **uma mulher que chegou a Presidência** com milhões de votos de brasileiros e brasileiras não poderá jamais ter uma atitude ressentida contra os homens. **Mas sei, muito especialmente, que uma presidenta não pode ter uma política tímida**, ultrapassada e meramente compensatória para as mulheres. (BRASIL, 08 de março de 2012). (grifos meus)

Estes trechos do discurso presidencial destacados acima evidenciam como é significativa a chegada de uma mulher na Presidência, pois, devemos lembrar que na história (memória) as mulheres conquistaram, com muita luta, o direito ao voto<sup>11</sup> muito tardiamente (no caso do Brasil foi em 1932). O acesso à educação pública era também restrito para mulheres.

<sup>10</sup> BRASIL, Palácio do Planalto. Pronunciamento à Nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, 08 de março de 2012. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv-por-ocasio-do-dia-internacional-da-mulher>>. Acesso: maio de 2014.

<sup>11</sup> Na Inglaterra, 1928; Austrália, 1902; Rússia, 1917; EUA, 1920; França, 1945; China, Índia 1949; México, 1953; Suíça, 1973; Nigéria, 1976; Catar, 2003; Arábia Saudita, 2015.

No Brasil, até a metade do século XIX o percentual de mulheres alfabetizadas era muito pequeno e o analfabetismo era símbolo de nobreza e virtude para as mulheres, as quais, mantidas em situação de ignorância, não podiam participar da vida pública. Enquanto os homens eram preparados para seguir uma carreira, com disciplinas que incluíam todo o conhecimento científico e humano da época, as mulheres que tinham oportunidade de estudar recebiam instruções de português e de francês, das quatro operações matemáticas básicas, mas, principalmente, aulas de bordado. (FONSECA-SILVA, 2012, p.184).

É preciso lembrar ainda que toda produção e interpretação de textos supõe, então, uma relação com discursos que circulam ou circularam na sociedade em um determinado momento histórico.

Para ajudar na compreensão sobre os sentidos, faz parte das condições de produção os processos parafrásticos e polissêmicos. O processo parafrástico é aquele pelo qual “em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória” (ORLANDI, 2007a, p.36). A paráfrase está ao lado da estabilização. Já sobre a polissemia, “o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação” (ORLANDI, 2007a, p.36).

Se toda vez que falamos, ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos, no entanto, falamos com palavras já ditas. E é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam (ORLANDI, 2007a, p.36).

Um momento que podemos visualizar esses processos parafrásticos e polissêmicos é quando ela irá falar (memória) que a mulher é a *mais pobre dos pobres*. Isso pode ser explicado pelo fato da situação das mulheres perpassar uma história de inferioridade e de muita opressão por parte da sociedade e das famílias. A posição da mulher não melhorou como deveria, mesmo quando ela teve acesso ao trabalho remunerado.

Ao mesmo tempo em que o discurso destaca que esta mulher brasileira é a “mais sofredora entre os sofredores”, inscreve nela a responsabilidade de liderar a resolução desses desafios estruturais, que não se constituíram no campo do aspecto pessoal. A frase “a mulher é a principal mola de propulsão para

vencer a miséria”, ao mesmo tempo em que a coloca como heroína, lhe destina a “missão” de resolver questões que são da responsabilidade do poder público.

O pior é que, em certas circunstâncias, **a mulher continua sendo a mais pobre dos pobres, a mais sofredora entre os sofredores.** Mas, até aí nos **surpreende a força da mulher**, porque mesmo quando está em uma dura condição de pobreza, a mulher é a principal mola de propulsão para vencer a miséria [...] (BRASIL, 08 de março de 2012). (grifos meus)

Na maioria das vezes, esta mulher tem uma família para sustentar e cuidar e precisa assumir toda a responsabilidade do trabalho fora do ambiente doméstico (trabalho remunerado). Esta segunda ou terceira jornadas, não lhe desobriga das responsabilidades das tarefas do ambiente doméstico, pois nela incutiu-se, de maneira machista e desigual, a simbologia de que cabe sobretudo à ela o serviço de cuidadora, zeladora, mãe e mantenedora da harmonia do lar.

São obstáculos que continuam obstruindo a caminhada pela plena autonomia econômica das mulheres brasileiras. Os dados abaixo deixam claro que os obstáculos são ainda maiores para as mulheres negras, ou seja, enquanto, por exemplo, a taxa de atividade entre os homens brancos em 2015 era de 86,5%, a taxa de atividade entre as mulheres negras era de 62,2%.

Os indicadores reunidos no RASEAM 2014 mostram que permanecem muitos obstáculos para o alcance da plena autonomia econômica das mulheres brasileiras. Em 2012, a taxa de atividade das mulheres de 16 a 59 anos era de 64,2%, bastante inferior à dos homens (86,2%). As desigualdades de raça ou cor também eram relevantes, fazendo com que as menores taxas fossem verificadas entre mulheres negras (62,2%) e as maiores entre homens brancos (86,5%) (RASEAM, 2015, p.16).

A dura realidade de muitas mulheres é que os afazeres domésticos e as atividades de cuidado dos filhos e filhas, dos netos e netas, dos sobrinhos e sobrinhas, além de outros agregados, não são distribuídos equitativamente dentro do espaço doméstico da casa, dificultando seu acesso e permanência no mercado de trabalho, bem como a sua ascensão acadêmica e profissional.

As estatísticas do RASEAM (2015) esclarecem que as mulheres continuam dedicando muito mais tempo que os homens para os afazeres domésticos e permanecem com remuneração menor pelos trabalhos realizados.

Destaca-se que para as mulheres que vivem no campo a situação é ainda mais alarmante do ponto de vista da desigualdade na divisão sexual do trabalho.

No que tange à divisão sexual do trabalho e ao uso do tempo, observa-se que a jornada total das mulheres, somando-se o tempo dedicado ao trabalho principal (mais de 35 horas semanais) e aos afazeres domésticos (quase 21 horas semanais), era sempre superior à jornada total dos homens (quase 42 horas dedicadas ao trabalho principal e 10 horas aos afazeres domésticos). [...] Além de receberem menor remuneração pelo trabalho realizado, as mulheres rurais eram as que dedicavam mais horas semanais à realização de afazeres domésticos (em torno de 26 horas), em comparação com as mulheres urbanas (20 horas). (RASEAM, 2015, p.20).

As condições de produção que constituem os discursos funcionam de acordo com certos fatores e, um deles é a “relação de sentidos”. Segundo essa noção “não há discurso que não se relacione com outros” (ORLANDI, 2007a, p.39). Por outro lado, a autora reflete que existe um mecanismo da antecipação, no qual, todo sujeito tem a capacidade de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor “ouve” suas palavras, ou seja, “esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte.” (ORLANDI, 2007a, p.39).

Mas, se vocês **agem assim por falta de respeito ou por falta de temor**, não esqueçam jamais que **a maior autoridade deste país é uma mulher**, uma **mulher que não tem medo de enfrentar os injustos** nem a injustiça, estejam onde estiverem. (BRASIL, 08 de março de 2013). (grifos meus)

Deste modo de relacionarmos os dados do RASEAM (2015) sobre taxa de atividade entre os homens e mulheres, dupla ou tripla jornada das mulheres e divisão sexual desigual no trabalho, com a ideia discursada por Dilma (2013) de que “a maior autoridade deste país é uma mulher”, fica um vácuo social ou uma distância evidente entre as condições vividas no concreto por estas mulheres, sobretudo as negras e as rurais, e a premissa de que são autoridades, “sem medo de enfrentar os injustos”. Em que momentos e espaços políticos e culturais pode-se dar estas diferentes formas de enfrentamento para uma mulher que foi obrigada a incutir a ideia de que à ela cabe resolver todos os problemas pessoais, do espaço doméstico e da vida social? Sem contar que ao mesmo tempo em que cabe também

à ela dedicar-se, sem decepcionar homens e mulheres, em longas jornadas fora e dentro de suas casas.

Outro fator que se encontra nas condições de produção dos discursos é a “relação de forças”. Segundo esta noção, pode-se dizer que “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2007a, p.39). Orlandi lembra que na Análise de Discurso não se menospreza a força que a imagem tem na constituição no dizer.

Pelas relações de forças, podemos dizer qual o lugar social dos interlocutores (aquele do qual falam e lêem) é parte constitutiva do processo de significação. Assim, o(s) sentido(s) de um texto está(ão) determinado(s) pela posição que ocupam aqueles que o produzem (os que o emitem e o lêem) (ORLANDI, 1988, p.12).

Por isso, a relevância de destacar as imagens construídas, silenciadas e distorcidas sobre as mulheres brasileiras no discurso de uma mulher que tem uma força significativa no imaginário desses sujeitos sociais. Deste modo, sua fala como presidenta em um dia historicamente importante para a luta das mulheres neste país, repercute efeitos também muito relevantes que não podem ser ignorados pelo pesquisador.

Desta forma, a constituição da imagem reflete no discurso, pois o discurso que melhor convencer o eleitorado, obviamente, tem e terá maiores chances de vitória. Isso pode ser claramente evidenciado na campanha de 2010, quando, por exemplo, a candidata Dilma Rousseff, a partir de um trabalho de *marketing*, teve que assumir diferentes posturas – teve que abandonar uma postura mais dura para se tornar mais simpática ao eleitor.

De gestora impessoal, objetiva e “durona” nos tratos políticos, assumiu a “figura de mãe e avó, num tom mais emotivo para gerar empatia no público” (MILLEN, J., OLIVEIRA, L. A., VELLOSO, M. 2012, s.n.). E também, passou a construir o discurso da continuidade do governo Lula que tinha altos índices de aceitação junto ao eleitorado. Houve neste momento uma,

estratégia de construção da imagem pública política da candidata como *Mãe do povo* brasileiro. Advoga-se que o uso estratégico dessa alegoria feminina possibilitou tanto a sustentação do argumento de que o modelo de governo de Dilma Rousseff era o mesmo do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PIRES, 2011, p.140).

No artigo de Teresinha Maria de Carvalho Cruz Pires, intitulado “*A Construção da Imagem Política de Dilma Rousseff como Mãe do Povo Brasileiro*”, compreende-se como se configurou a construção da imagem de Dilma Rousseff feita pelo ex-presidente Lula,

Em abril do mesmo ano, Lula, em dois eventos que participou em Minas Gerais, retoma e esclarece melhor tal qualificativo atribuído a sua ministra: [...] Outro dia, no Rio de Janeiro, eu disse que **a Dilma era a mãe do PAC. E por que ela é a mãe do PAC? É porque o PAC só funciona porque esta mulher**, certamente, toma mais conta do PAC do que **tomou conta da filha** dela. E por que eu digo isso? Porque todo mundo aqui que é pai sabe. Quando tem uma filha ou um filho que está com 14, 15 anos, eles não querem mais saber do pai. Nós somos coroas, nós estamos superados, as músicas não combinam, a roupa não combina, os amigos não combinam; eles querem liberdade. Então, a filha da Dilma certamente foi assim. Mas *o PAC não quer liberdade, o PAC quer controle*, fiscalização, acompanhamento. Porque, senão ele não funciona (17/4/08, Belo Horizonte – MG. Visita às obras do projeto de urbanização da Vila São José). (PIRES, 2011, p.141-142).

Desta forma, a imagem de Dilma Rousseff vai sendo lembrada e representada como uma mulher que atua nas esferas de poder político e, também está relacionada ao tempo de militância política e à luta armada no Brasil.

Agora, o que eu estou percebendo é que a minha ministra da Casa Civil, a *Dilma Rousseff*, é a *pessoa mais qualificada hoje para governar o Brasil. Ela coordena os principais programas de desenvolvimento no Brasil, ela conhece muito bem o Brasil, é uma gerente extraordinária, tem uma capacidade de gestão fantástica, conhece bem de Economia* e eu acho que é uma **mulher que tem uma história política** que merece respeito. A companheira **Dilma Rousseff foi militante de esquerda** na década de 70, foi presa, foi torturada, e hoje ela é uma mulher preparada. Não tem mágoa do seu passado, não tem vergonha e, por isso, eu acho que ela está mais calejada para dar continuidade e melhorar aquilo que estamos fazendo hoje (03/2/09, sem local. *Entrevista exclusiva por escrito ao jornal Extra*) (LULA apud KAMEL, 2009, p. 248, grifos nossos). (PIRES, 2011, p.142-143).

Também para ajudar na compreensão do processo de produção dos sentidos, faz-se uso da noção de *formações discursivas* onde se define “como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2007a, p.43).

Nas falas do ex-presidente, vê-se, entre outros elementos, a construção ideológica de uma imagem de mulher guerreira, sofrida e preparada, segundo ele, para assumir a presidência. Mas ao lado da configuração de uma guerreira militante foi necessário incutir a imagem de uma mãe cuidadora dos programas sociais, neste caso o PAC. Dentro do que “pode e deve ser dito”, Lula criou metáforas entre o PAC e a filha de Dilma, para adocicar a imagem da lutadora contra os ditames da ditadura.

Afinal, lembremos que “todo falante e todo ouvinte ocupa um lugar na sociedade” (ORLANDI, 1988, p.18). Por este motivo, trago à discussão a AD para que possamos ir além dos sentidos colocados no texto escrito sobre e para a mulher. Cada trecho dito ou não dito pode criar ou recriar novos sentidos do ser mulher na sociedade brasileira deste período analisado.

A proposta da Análise de Discurso como procedimento metodológico não será procurar o real sentido que está implícito nos pronunciamentos presidenciais. Objetiva-se dar-nos suporte na construção de um dispositivo de interpretação. A metodologia adotada pode nos auxiliar a “pegar” o real sentido do texto (sua materialidade linguística e histórica), sendo-nos possível colocar o dito em relação ao não-dito.

Pela Análise de Discurso torna-se possível enxergar que existem várias maneiras do dizer e, muitas vezes, não fica claro o que se está ou não sendo silenciado. Desta forma, trago a AD para que se tenha uma maior atenção ao lidar com os diferentes discursos. No caso desta monografia, os discursos escolhidos são apresentados por uma agência (reguladora e reprodutora), pois “a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os institui; ela não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças” (GUACIRA, 1997, p.65).

A maneira como o orador constrói sua imagem garante grande parte da persuasão. As autoras mostram que será importante que o locutor “busque atingir as expectativas de seu auditório, visando, logo de início, agradar aquele a quem se pretende convencer” (FIGUEIREDO; VERZOLA, 2011, p.4), sabendo que cada auditório apresenta características específicas. Outro fator importante para a constituição do *ethos* é a aproximação do orador ao seu auditório em termos de conteúdo, ideologia e linguagem. Como as autoras colocam “convencer e persuadir

é diminuir a distância existente entre o orador e seu auditório” (FIGUEIREDO; VERZOLA, 2011, p.4).

Como existe uma expectativa social em relação à maneira como homens e mulheres devem andar, falar, sentar, mostrar seu corpo, brincar, dançar, namorar, cuidar do outro, amar, etc, sabe-se que, neste caso, o discurso estará presente no dia-a-dia, devido ao fato de que com ele os sentidos, normas e valores serão e são produzidos e reproduzidos.

Neste contexto, não faremos análise das imagens concretas de roupas, comportamentos, apetrechos e demais símbolos utilizados pela presidenta no momento da oratória dos discursos de 08 de março nestes quatro anos investigados. Limitamo-nos neste trabalho monográfico a refletir sobre imagens criadas através do texto escrito. Porém, não se pode deixar de comunicar ao leitor que, como bem explica Figueiredo e Verzola (2011), todo este cenário traduzido em comportamentos, roupas, tom de voz, entre outros marcadores da imagem pessoal da presidenta podem sim diminuir ou aumentar a distância existente entre ela como oradora e seu auditório constituído nestas datas principalmente por mulheres de diferentes classes sociais.

Pelo caminho teórico-metodológico sugerido por Figueiredo e Verzola (2011), podemos construir outro relatório de pesquisa futuramente, porque, com certeza, há elementos muito concretos do comportamento e das vestimentas da presidenta que podem ser analisados como interlocutores e facilitadores na busca por atingir, de modos diferenciados, públicos de mulheres de diferentes contextos culturais, sociais e econômicos. Pequenos detalhes de roupas, maneiras e acessórios, com características muito específicas, podem ser utilizados para atingir diversos auditórios pelo conteúdo, pela ideologia e pelas diferentes formas de linguagem.

Quero dizer ainda que, dependendo dos acessórios e comportamentos priorizados, podem-se transformar ou criar novos sentidos em relação aos papéis sociais. E o discurso é um instrumento do qual se fará presente. O discurso oral e escrito é parte de toda esta complexidade de elementos construídos e reconstruídos de forma dinâmica para atingir as expectativas de um certo auditório.



## 1.2 UM POUCO DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA E POLÍTICA DA PRESIDENTA

Dilma Vana Rousseff <sup>12</sup> nasceu em 14 de dezembro de 1947, na cidade de Belo Horizonte (MG). É filha do imigrante búlgaro Pedro Rousseff e da professora Dilma Jane da Silva, nascida em Resende (RJ). O casal teve três filhos: Igor, Dilma e Zana. Ela inicia os estudos no tradicional Colégio Nossa Senhora de Sion e cursou o ensino médio no Colégio Estadual Central onde fora o centro da efervescência estudantil da capital mineira. Aos 16 anos, Dilma dá início à vida política, integrando organizações de combate ao regime militar.

Nos anos tensos da ditadura militar, Dilma Rousseff, que iniciou a sua militância política antes de 1964, no movimento estudantil, aos 16 anos, foi uma das jovens estudantes que tiveram importante atuação: militou no Comando de Libertação Nacional (COLINA) e na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). (FONSECA-SILVA, 2012, p.196).

Em 1969, conhece o advogado gaúcho Carlos Franklin Paixão de Araújo, juntos sofrem com a perseguição da Justiça Militar. Condenada por “subversão”, Dilma passa quase três anos, de 1970 a 1972, no presídio Tiradentes, na capital paulista. Livre da prisão muda-se para Porto Alegre em 1973 retomando os estudos. Em 1975, Dilma começa a trabalhar como estagiária na Fundação de Economia e Estatística (FEE), órgão do governo gaúcho.

Em relação a este momento vivenciado pela Presidenta, os trechos de reportagens retiradas do trabalho da Fonseca-Silva servem para ilustrar um pouco dos desafios enfrentados durante sua trajetória política como militante contra a ditadura e depois como presidenta que relembra tais sagas;

**Dilma Rousseff tem fama – e biografia – de durona.** Mas como esse é um governo de lágrimas fáceis e abundantes, ao ser empossada, **ela caiu no choro ao se lembrar das companheiras de luta armada mortas durante o regime militar. Dilma foi militante do Comando de Libertação Nacional (Colina) e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Codinomes que usava na época: Estela, Luiza, Patrícia e Wanda.** (Veja, 8 de janeiro de 2003, p. 35 – grifos nossos). **A ex-guerrilheira abre fogo.** (Veja, 2

---

<sup>12</sup> Disponível: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidente-atual/biografia>>. Acesso em: 01/11/2015.

de novembro de 2005, p.80 – grifos nossos). (apud FONSECA-SILVA, 2012, p.195).

Dilma dedica-se, em 1979, à campanha pela Anistia, durante o processo de abertura política comandada pelos militares, ainda no poder. Com o marido Carlos Araújo, ajuda a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Rio Grande do Sul. Trabalhou na assessoria da bancada estadual do partido entre 1980 e 1985. Em 1986, o então prefeito da capital gaúcha, Alceu Collares, escolhe Dilma para ocupar o cargo de Secretária da Fazenda. Com a volta da democracia ao Brasil, Dilma, então diretora-geral da Câmara Municipal de Porto Alegre, participa da campanha de Leonel Brizola ao Palácio do Planalto em 1989.

Em 1993, com a eleição de Alceu Collares para o governo do Rio Grande do Sul, torna-se Secretária de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul. A aliança entre PDT e PT elege Olívio Dutra governador e Dilma ocupa, mais uma vez, a Secretaria de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul. Dois anos depois, filia-se ao PT (em 2001). Em 2002, Dilma é convidada a participar da equipe de transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010). Depois, com a posse de Lula, torna-se ministra de Minas e Energia.

Dilma Rousseff, depois de ter sido presa, torturada e taxada pelo regime militar como subversiva e terrorista, tornou-se a primeira mulher a ocupar a função de Ministro das Minas e Energia, em 2003, a função de Chefe da Casa Civil (equivalente ao cargo de primeiro-ministro), em 2005, e a primeira presidente do Brasil, em 2010. (FONSECA-SILVA, 2012, p.193).

Lula escolhe Dilma para ocupar a chefia da Casa Civil e coordenar o trabalho de todo ministério em 2005. A ministra assume a direção de programas estratégicos como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa de habitação popular Minha Casa, Minha Vida. Coordenou ainda a Comissão Interministerial encarregada de definir as regras para a exploração das recém-descobertas reservas de petróleo na camada pré-sal e integrou a Junta Orçamentária do Governo, que se reúne mensalmente para avaliar a liberação de recursos para obras.

Em 2010, Dilma deixa o Governo Federal para se candidatar à Presidência. Nas eleições, realizado em 2010, aos 63 anos de idade ela é eleita a primeira mulher Presidenta da República Federativa do Brasil, com quase 56 milhões de votos, disputando com José Serra (PSDB).

Disto resultou que, nas eleições para presidente do Brasil em 2010, dos três principais candidatos, no primeiro turno, dois eram mulheres: Marina Silva e Dilma Rousseff, que obtiveram, juntas, 66% dos votos. O segundo turno foi disputado por José Serra e Dilma Rousseff, e esta última obteve a vitória, com 56,04% dos votos válidos. (FONSECA-SILVA, 2012, p.198).

Sua eleição é vista pela maioria da população como uma data histórica, afirmando-se quase como uma novidade, já que há tantos anos o país vinha sendo governado sucessivamente por homens.

Domingo, 31 de outubro de 2010. **Uma data histórica para 192 milhões de Brasileiros. Pela primeira vez, uma mulher é eleita presidente do Brasil.** Dilma, mineira, economista, 62 anos. **O Brasil ganhou a sua primeira presidente mulher**, exatamente às 20 horas e 7 minutos, dessa noite. (Rede Globo, 31 de outubro de 2010). **Dilma Rousseff, foi eleita neste domingo a 40ª presidente da história do Brasil. Esta é a primeira vez que uma mulher ocupa o cargo no país** (<http://www.portugues.rfi.fr>, 31 de outubro de 2010). (FONSECA-SILVA, 2012, p.198-199).

Podemos verificar nos pequenos trechos de artigos acima destacados que a chegada de uma mulher para chefiar um país desigual como o Brasil é visto como uma novidade e também como um avanço no âmbito das relações de gênero.

Sem dúvida, quebrou-se um círculo vicioso onde só os homens tinham acentos importantes. Há também uma quebra nas relações de poder. Quando se escreve que sua posse foi “*uma data histórica*” vê-se nessa afirmação as limitações impostas tradicionalmente às mulheres no campo da política institucional. Afinal, o que imperava naquele momento e infelizmente impera em muitas mentalidades é a ideia de que a esfera pública e política estão naturalmente designadas aos homens, enquanto o lar, campo da esfera privada destina-se exclusivamente às mulheres.

Afinal sabemos que na construção sociocultural, as mulheres foram mantidas a uma posição de inferioridade. Elas “são “amputadas”, sobretudo no

desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores” (SAFFIOTI, p.35, 2004).

Por isso, não é de se estranhar que, mesmo diante de uma trajetória histórica tão militante e politizada, pode-se averiguar nos discursos da presidenta, muitas vezes, a mulher sendo referida como uma figura de “coragem”, onde ela é responsável pelo núcleo familiar, reforçando, assim, o estereótipo de uma mulher “mãe-procriadora e dona de casa”.

Nesse trecho abaixo trabalha com um imaginário que historicamente vem valorizando o papel da mulher na esfera privada. No discurso há significados construídos e reproduzidos pela presidenta, que impõe às mulheres uma responsabilidade de superação;

Hoje, Dia Internacional da Mulher, eu quero dar mais que um abraço carinhoso a todas vocês, que me ajudam com muita força e dedicação a construir um novo Brasil para os **nossos filhos e para os nossos netos**. Em homenagem à sua luta diária, decidi anunciar **hoje três medidas muito importantes para você e para sua família**. Importantes especialmente para as **mães de família** mais pobres e as de classe média, que **dividem, com seus maridos, a responsabilidade pelo sustento da casa**. (BRASIL, 08 de março de 2013).

No próximo trecho ela faz uso de expressões coloquiais, para “convencer e persuadir”, já que estas são estratégias importantes para “diminuir a distância existente entre o orador e seu auditório” (FIGUEIREDO e VERZOLA, 2011, p.4). E vale notar a atenção que é dada às mulheres e às suas famílias insinuando um olhar marcado pelo zelo, pelo carinho e pela proteção da família.

**Minha querida amiga**, Governo este país com a mesma responsabilidade que você e seu marido governam sua casa. Governo também com a mesma **sensibilidade e cuidado** que vocês **devotam à sua família**. (BRASIL, 08 de março de 2013).

Desta forma, pode-se perceber nos pronunciamentos da presidenta o silenciamento. Este silenciamento envolve, como diz Orlandi, “toda a questão do tomar a palavra, tirar a palavra, obrigar a dizer, fazer calar, silenciar etc..”

(ORLANDI, 2007b<sup>13</sup>, p.29). Significa afirmar que os diversos arranjos familiares que compõem a sociedade brasileira não estão sendo *ditos*.

Os arranjos familiares referem-se ao conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou não que moram no mesmo domicílio. Os arranjos familiares podem ser formados por uma só pessoa, um casal sem filhas/os, um casal com filhas/os, uma pessoa de referência sem cônjuge com filhas/os, entre outros arranjos. Para cada unidade domiciliar, a PNAD considera uma pessoa de referência, sendo esta pessoa responsável pelo domicílio ou assim considerada pelos seus membros. Assim, no Brasil, em 2012, quase 38% dos domicílios tinham mulheres como a pessoa de referência. (RASEAM, 2015, p.13).

A onda conservadora propõe que família se constitua apenas por homem, mulher, filha/filho. Cabe dizer que, nesta atual situação, as diversas formações familiares estão sendo censuradas. E ao não se referir sobre as diversas formas de núcleos familiares, a ausência dessas informações, no silenciamento, “aparece como uma espécie de garantia da “norma”” (GUACIRA, 1997, p.68).

Vale-se ressaltar que;

No entanto, entre as famílias com pessoa de referência do sexo feminino, 42,7% eram compostas por mulheres sem cônjuge com filhas/os. Por outro lado, somente 3,5% das famílias com pessoa de referência do sexo masculino eram formadas por homens sem cônjuge com filhas/os. Das famílias com pessoa de referência do sexo feminino, somente 22,9% eram compostas por casais com filhas/os. É interessante notar, igualmente, que cerca de 17% das famílias com pessoa de referência do sexo feminino eram formadas por mulheres vivendo sozinhas. No que diz respeito à cor ou raça, as mulheres negras estavam à frente de 52,6% das famílias com pessoa de referência do sexo feminino. (RASEAM, 2015, p.13).

Há muitos anos a mulher passou a procurar soluções para sair da miserabilidade, da pobreza em que se encontra (ela e/ou sua família). No discurso abaixo esta ideia é relacionada à imagem da mulher considerada o “alicerce da casa”. Esta responsabilidade, inclusive de encorajamento dos demais membros da família, é reforçada no seguinte enunciado:

O pior é que, em certas circunstâncias, **a mulher continua sendo a mais pobre dos pobres**, a mais sofredora entre os sofredores. Mas

---

<sup>13</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

até aí nos surpreende a força da mulher, porque mesmo quando está em uma dura condição de pobreza, a mulher é a principal mola de propulsão para vencer a miséria. Sabe por quê? **Porque ela é o centro da família. Porque quando uma mulher se ergue, nunca se ergue sozinha, ela levanta junto seu companheiro, ela levanta junto seus filhos, ela fortalece toda a família** (BRASIL, 08 de março de 2012). (grifos meus)

Em vários momentos é colocado no sujeito “mulher” todo o processo de transformação do modo de vida que se encontra a família e a sociedade, já que criou-se a imagem de que “a mulher é a principal mola de propulsão para vencer a miséria”.

**Minhas amigas e meus amigos**, o Brasil também se destaca, no mundo, no apoio às mulheres socialmente vulneráveis. Este é um segmento que meu governo vê com especial atenção, pois, **quanto mais pobre a família, mais a mulher tem um papel central na estruturação do núcleo familiar**. (BRASIL, 08 de março de 2014). (Grifos meus).

Dilma não demonstra (e/ou não questiona) que muitas das soluções para os problemas elencados nestes discursos deveriam partir das iniciativas do próprio governo. Esta é outra parte silenciada em seus pronunciamentos.

Minhas queridas brasileiras. Repito, **neste dia dedicado mundialmente a cada uma de nós, que um governo comandado por uma mulher tem mais que obrigação de lutar pela igualdade de gênero**, pela defesa intransigente dos **mesmos direitos para homens e para mulheres**. **Esta, aliás, deve ser a disposição de qualquer governo, seja ele comandado por um homem ou por uma mulher**. Não se trata apenas de uma questão ética ou humanística. Trata-se de uma questão eminentemente estratégica. (BRASIL, 08 de março de 2013). (grifos meus)

Dilma Rousseff (2013) diz que *“um governo comandado por uma mulher tem mais que obrigação de lutar pela igualdade de gênero”*. Ela se mostra disposta a lutar por algo que a própria legislação vigente no país já prevê,

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição. (BRASIL, “Constituição Da República Federativa Do

Brasil De 1988”. Título II, Dos Direitos E Garantias Fundamentais. Capítulo I, Dos Direitos E Deveres Individuais E Coletivos).

Desta forma, será que o interesse maior pela luta por igualdade de gênero é devido ao fato da mesma ser mulher? Mas, logo em seguida, ela salienta que a luta não está concentrada apenas na igualdade entre os gêneros, mas que deveria e deve ser a disposição de qualquer governo, de qualquer indivíduo.

Percebe-se um processo de argumentação visando seus efeitos sobre o ouvinte, ou seja, ela faz um esforço em endereçar seus pronunciamentos a homens e mulheres, de modo a promover a igualdade na própria prática discursiva para diferentes auditórios.

“Nos últimos onze anos, das 36 milhões de pessoas que saíram da extrema pobreza, mais da metade são mulheres”. (BRASIL, 08 de março de 2014). Neste trecho, a própria presidenta faz um recorte histórico de 11 anos de governo do PT.

Sabemos que um número expressivo de pessoas saíram da extrema pobreza nos últimos dez anos, mas devemos ter certa cautela quando afirmamos que estas melhorias atingiram igualmente as mulheres. Os indicadores do RASEAM de 2014 nos permitem elaborar bem estas indagações:

Os indicadores reunidos no RASEAM 2014 mostram que permanecem muitos obstáculos para o alcance da plena autonomia econômica das mulheres brasileiras. Em 2012, a taxa de atividade das mulheres de 16 a 59 anos era de 64,2%, bastante inferior à dos homens (86,2%). As desigualdades de raça ou cor também eram relevantes, fazendo com que as menores taxas fossem verificadas entre mulheres negras (62,2%) e as maiores entre homens brancos (86,5%). (RASEAM, 2015, p.13).

“Por este e outros motivos, podemos dizer que a mulher é a nova força que move o Brasil. **Mas temos que admitir que o Brasil precisa ainda dar maior força às suas mulheres**”. (BRASIL, 08 de março de 2014 (grifos meus)). À primeira vista, pode parecer que as escolhas ou os modos de inserção no mundo do trabalho sejam reflexos de preferências naturais, das aptidões natas, das capacidades e dos desempenhos distintos entre homens e mulheres.

No entanto, se observarmos com atenção veremos que a distribuição de homens e mulheres no mercado de trabalho e as desigualdades

decorrentes desta divisão sexual desigual, podem ser socialmente compreendidas e atribuídas às assimetrias de gênero.

**Minhas queridas amigas**, tudo que vocês conseguiram até hoje foi fruto do esforço e da **coragem** de cada uma de vocês. Foi fruto igualmente do **apoio de suas famílias**. Sabemos também que se abre um novo mundo de oportunidades, quando **a força da mulher encontra apoio nas políticas do governo**. (BRASIL, 08 de março de 2014). (Grifos meus).

Sabe-se que o governo de Dilma Rousseff continua reforçando um discurso bastante voltado às pessoas que se encontram com maior vulnerabilidade social. Porém, falta democratizar mais as políticas públicas para que realmente se resolvam os problemas da vulnerabilidade, que assolam homens e mulheres, mas, sobretudo mulheres negras, deficiências e rurais no Brasil.

Dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE (MUNIC/IBGE) mostram questões de mudança na estrutura das políticas públicas, responsabilizando, sobretudo a força dos movimentos de mulheres pelas melhorias conquistadas.

em 2013 aproximadamente um terço (27,5%) dos municípios brasileiros possuíam estrutura para formulação, coordenação e implementação de políticas para as mulheres. Em 2009 esse percentual era de 18,7%. Ainda que insuficiente tal elevação de nove pontos percentuais, em quatro anos, deve-se seguramente a luta dos movimentos de mulheres e feministas e ao reconhecimento pelo Estado da necessidade de assegurar serviços, e de promover maior igualdade de gênero em todos os setores da política pública. (BRASIL, 2015, p.9).

O trecho destacado abaixo relaciona, de forma assertiva, o rompimento do ciclo de violência contra as mulheres com a conquista de maior autonomia e independência.

Essas **novas oportunidades garantem maior autonomia e independência às mulheres** e são decisivas para **romper o ciclo de violência** em que muitas delas ainda vivem. No entanto, precisamos avançar e criar **novos instrumentos**. (BRASIL, 08 de março de 2014). (grifos meus)

Para o rompimento do ciclo de violência não caberá, necessariamente, autonomia econômica, como Saffioti comenta que “a emancipação



feminina é, pois, problema complexo, cuja solução não apresenta apenas uma dimensão econômica. Mesmo a mulher economicamente independente sofre, na sua condição de mulher, o impacto de certas injunções nacionais e internacionais” (SAFFIOTI, 2011. p. 96).

No próximo trecho a presidenta reconhece que muitas barreiras devem ser derrubadas para alcançar de fato o fim da desigualdade entre os gêneros. A mesma faz relação dessa luta com a criação de programas sociais voltados a este fim.

Como **a primeira mulher a ocupar a presidência do país**, vejo com imensa alegria vários **programas criados nos últimos anos**. Vejo também que muitas barreiras ainda **precisam ser rompidas para diminuir a desigualdade entre os gêneros e garantir mais direito – mais autonomia- às mulheres brasileiras de todas as classes sociais**. (BRASIL, 08 de março de 2014). (grifos meus)

Dentre as diferentes formas de desigualdades que persistem em silenciar ou colocar as mulheres em situação de desvantagem perante aos homens, Dilma destaca a necessidade de igualdade no assalariamento. No mesmo excerto, de certa forma, se responsabiliza pelo combate contra a violência vivenciada pelas mulheres.

É preciso garantir **salário igual para trabalho igual feito por mulheres e homens**. É preciso **combater sem tréguas a violência que recai sobre as mulheres**. (BRASIL, 08 de março de 2014). (grifos meus)

Minhas queridas brasileiras. Repito, **neste dia dedicado mundialmente a cada uma de nós, que um governo comandado por uma mulher tem mais que obrigação de lutar pela igualdade de gênero**, pela defesa intransigente dos **mesmos direitos para homens e para mulheres**. **Esta, aliás, deve ser a disposição de qualquer governo, seja ele comandado por um homem ou por uma mulher**. Não se trata apenas de uma questão ética ou humanística. Trata-se de uma questão eminentemente estratégica. (BRASIL, 08 de março de 2013). (grifos meus)

De fato, promover a igualdade entre os gêneros é uma questão estratégica de qualquer governo, não apenas para este que é representado por uma mulher.

Vemos então, sentidos construídos e sendo reproduzidos pelos discursos da presidenta de 2011 a 2014, onde impõe-se às mulheres uma responsabilidade de superação das desigualdades que não foram fomentadas exclusivamente por elas, ao contrário, onde elas tiveram mais papel de vítimas de diversos tipos de violências do que de protagonistas ao longo da história político-social brasileira.

Cabe a estas mulheres a responsabilidade de “ajudar, com muita força e dedicação, a construir um novo Brasil para os nossos filhos e para os nossos netos” (BRASIL, 8 de março de 2013). É um convite declarado para uma dedicação que deve extrapolar o âmbito do cuidado para com suas famílias, uma responsabilidade que é imposta à(s) mulher(es) desde que ela(s) nasce(m). Porém, boa parte delas sabem que a responsabilidade de construir um novo Brasil é algo que não se faz apenas no âmbito da casa ou da maternidade. É uma tarefa política tão complexa quanto governar um país.

Não basta “força e dedicação”, como diz a presidenta. Basta luta, empoderamento, batalhas, brigas diárias e profundas para poder estar politicamente nos lugares onde hoje se veem majoritariamente homens, ou seja, nos campos de construção das políticas públicas.

### **1.3. POR QUE ANALISAR OS DISCURSOS DA PRESIDENTA DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER?**

Faz-se relevante analisar estes discursos presidenciais devido ao fato de se ter uma mulher no alto cargo de chefia numa sociedade capitalista ainda caracterizada como machista e desigual, onde “em 2012, a taxa de homicídio para a população feminina era de 4,6 mortes para cada 100.000 mulheres; sendo que, entre as mulheres de 20 a 24 anos de idade, a taxa observada era de 8,1” (RASEAM, 2015, p.41).

Mesmo que tenhamos uma mulher como presidenta, é necessário mostrar que ao mesmo tempo em que se busca romper significados construídos numa sociedade que propicia deméritos às mulheres, é preciso também questionar se os representantes políticos, neste caso a presidenta, ainda reproduz sentidos sexistas ao longo dos discursos institucionais.

Assim, vale ressaltar que a posição onde Dilma Rousseff se encontra é muito significativa politicamente num país presidencialista onde nunca se elegeu antes outra governanta do sexo feminino para este cargo em específico. Isso amplia a responsabilidade de se resolver, com trabalho competente, as muitas histórias de humilhação, violência e descasos, assim como as muitas vivências desiguais de milhares de brasileiras (anônimas, esquecidas, pouco lembradas).

A história das mulheres é pouco discursivizada nos meios de comunicação, há um silenciamento neste sentido. O silêncio, porém, nem sempre é negativo, Orlandi (1992) argumenta que o silêncio não é uma contrapartida do dito visto de forma negativa, mas é o que rege os processos de significação e que tem formas específicas de significar, pois dizer e silenciar são constitutivamente inseparáveis, e para dizer é necessário não dizer, já que todo dizer cala algum sentido. Segundo a autora, a política do silêncio indica como o sentido é sempre produzido de um lugar e a partir de uma posição de sujeito (FONSECA-SILVA, 2012 p.197).

Trazemos essa citação para refletir a questão da desigualdade de gênero inscrita nos registros da história oficial e das histórias contadas e recontadas nos meios de comunicação. Em seu processo de construção, a história é escrita, dialogada e contada por homens. Assim, se reproduz a visão predominante do homem ocidental, branco, heterossexual e cristão.

Com isso, a história de movimentos sociais de mulheres são histórias escritas e contadas por homens. Sem contar que muitas vezes vende-se a falsa ideia de que eles “realizaram” estas lutas. Cabe questionar essa legitimidade histórica que foi construída encima da figura masculina. Desnaturalizar estas construções histórico-sociais e desmistificar estes sentidos são ações importantes para enxergar nas diferentes histórias o silenciamento de vozes femininas e de outras minorias.

Muitas mulheres, em sua maioria jovens da classe média e intelectualizadas, engajaram-se em movimentos e organizações clandestinas de esquerda e lutaram pela recuperação dos direitos civis e políticos, nas décadas de 60 e 70 até início da década de 80. Além de lutar pela igualdade de direitos, as mulheres, ao lado dos homens que participavam dos movimentos e organizações clandestinas, lutavam também pela redemocratização do país, pela anistia aos presos políticos e por melhores condições de vida, sendo taxadas pelo regime como subversivas e terroristas. Na lista de

nomes de mulheres figura 'Dilma Rousseff'. (FONSECA-SILVA, 2012, p.192).

Tomando por referência a citação de Fonseca-Silva (2012), não podemos deixar de perceber a importância histórica da presença de Dilma Rousseff nos movimentos, organizações clandestinas e na luta pela redemocratização do Brasil. Sabe-se que lhe coube o peso de ser taxada como subversiva e terrorista, junto com tantas outras mulheres que se empenharam na luta pela melhoria das condições de vida da população brasileira naquele período. Mas, talvez seja exatamente por isso que nos cabe esperar de seus discursos a construção e reconstrução de sentidos mais emancipatórios e alargados no que diz respeito a concepção do ser mulher no Brasil.

Por isso, torna-se importante pensar que os pronunciamentos presidenciais recortados nesta monografia contribuem para a redefinição de olhares sobre o ser mulher neste país.

Não é simples falar de uma data comemorativa que se originou exatamente por registros de bruta violência contra um grupo de mulheres trabalhadoras. É neste sentimento que cabe problematizar os discursos do dia 08 de março, como bem pontuado na leitura da obra de Ana Isabel Álvarez González;

As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres, em que irá mostrar que “o 08 de Março tem um importante papel na manutenção da identidade de um movimento amplo de mulheres e é um instrumento de mobilização e aglutinação das mulheres em torno da luta pela igualdade”. (ÁLVAREZ, 2010, p.17).

De forma bastante resumida, lembramos que esta data, o dia 08 de março, começou a tornar-se aos poucos o símbolo principal de homenagens às mulheres. Conta-se que em 08 de março de 1857, 129 operárias morreram carbonizadas em um incêndio que ocorrera nas instalações de uma fábrica têxtil na cidade de Nova York. <sup>14</sup>Esse incêndio teria, supostamente, sido intencional. Já em 1910, na cidade de Copenhague, ocorreu o II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas, que foi apoiado pela Internacional Comunista. Nesse evento, a então membro do Partido Comunista Alemão, Clara Zetkin, propôs a criação de um Dia Internacional da Mulher, sem, entretanto, estipular uma data específica.

---

<sup>14</sup> Disponível: <<http://brasilecola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-da-mulher.htm>>. Acesso: 30/01/2016.

A maioria dos movimentos de mulheres reivindicava melhorias nas condições de trabalho nas fábricas e, por conseguinte, a concessão de direitos trabalhistas e eleitorais (entre outros). Vários protestos e greves já ocorriam na Europa e nos Estados Unidos desde a segunda metade do século XIX.

O movimento feminista e as demais associações de mulheres capitalizaram essas manifestações, de modo a enquadrá-las, por vezes, à agenda revolucionária. Foi o que aconteceu em 08 de março de 1917 na Rússia, Revolução Russa. Pois bem, no dia 08 de março desse ano, as mulheres trabalhadoras do setor de tecelagem entraram em greve e reivindicaram a ajuda dos operários do setor de metalurgia. Essa data entrou para a história como um grande feito de mulheres operárias.

Álvarez (2010) fará toda uma recuperação histórica do significado dessa data, lembrando-nos que;

Foi para lembrar a ação das mulheres na história da Revolução Russa que o Dia Internacional das Mulheres passou a ser comemorado de forma unificada no dia 8 de março. [...] É verdade também que, em especial a partir da década de 1930, o estalinismo corrompeu o sentido de luta do dia 08 de março, transformando-a durante longos anos em uma festa de exaltação da maternidade, em defesa da paz e da pátria soviética. O sentido de reivindicações das mulheres, de construção da igualdade é deixado para trás, assim como foram destruídas várias das conquistas iniciadas com a Revolução de 1917. (ÁLVAREZ, 2010, p.15).

Outro fato histórico e precisa ser lembrado neste contexto, na metade do século XIX algumas mulheres brasileiras deixaram o Brasil para estudar no exterior,

Elas que tiveram acesso à educação no exterior retornaram, lutaram pelos direitos da mulher e passaram a reivindicar, também, direitos políticos, dando início ao movimento sufragista, para o qual o voto estava vinculado à igualdade da mulher e aos direitos humanos gerais, como a abolição (FONSECA-SILVA, 2012, p.187-188).

Neste período, vários setores constituídos por homens fizeram de tudo para perpetuar a submissão das mulheres brasileiras no campo da política, impedindo seu direito de votar.

houve então uma manobra para retirar do anteprojeto o direito de voto às mulheres, mas o presidente antecipou a divulgação do documento e fez publicar o Código Eleitoral Provisório, instituído pelo Decreto N° 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, [...] o qual garantia o voto a mulheres casadas com autorização do marido e a viúvas e solteiras que tivessem renda. (FONSECA-SILVA, 2012, p.190).

Com o advento da Ditadura do Estado Novo (1937-1945) e o consequente fechamento do Congresso por Getúlio Vargas, em 1937, as mulheres só puderam votar com a redemocratização do país. A partir da década de 1980 a participação da mulher na política brasileira intensificou-se. (FONSECA-SILVA, 2012, p.193).

Sobre estas reivindicações na luta feminista e de mulheres, pode-se afirmar que;

a reivindicação do reconhecimento dos direitos básicos para o sexo oprimido (controle sobre suas propriedades, acesso às universidades e ao exercício de todas as profissões, reforma da lei do divórcio), mas, acima de todas, se encontrava a reivindicação do direito ao voto. (ÁLVAREZ, 2010, p.153).

Hoje, se nos perguntarem o *por quê* de analisar os discursos presidenciais, afirmamos que é para o aprofundamento de nossa formação e para proporcionar ao sujeito leitor ou leitora a capacidade de problematizar as maneiras de ler, levando-o a colocar questões sobre o que se produz e o que se ouve nas diferentes manifestações sob um olhar mais crítico e questionador, que não se conforma com as aparências.

Se especificarmos esta relevância na área das Ciências Sociais, ou ainda de ensino de Sociologia, podemos afirmar como esta análise aqui proposta pode ser uma alternativa como recurso didático para ser discutido em sala de aula na formação dos jovens de Ensino Médio, instigando-os a desnaturalizar, desmistificar e problematizar outros diferentes discursos políticos entre os quais têm acesso nos meios eletrônicos e midiáticos, assim como nos coloca como objetivo as OCNs de Sociologia.

Além do clichê “formar o cidadão crítico” a Sociologia pode contribuir para a formação do jovem brasileiro: aproximando-o de uma linguagem especial que a Sociologia oferece, quer sistematizando os debates em torno de temas de importância, dados pela tradição ou pela contemporaneidade; oferecer-lhe, além de informações próprias do campo dessas ciências, resultados de diversas pesquisas, que

acabam modificando as concepções de mundo; colabora com a reconstrução e desconstrução de modos de pensar. (MORAES; GUIMARÃES; TOMAZI, 2004, p. 105).

Segundo as OCNs, o “papel central do pensamento sociológico está na *desnaturalização* das concepções ou explicações dos fenômenos sociais”. (MORAES; GUIMARÃES; TOMAZI, 2004, p. 106). O próprio documento usa como exemplo para explicar a importância da desnaturalização, a situação da “dominação masculina fundamentada em uma possível superioridade biológica”, (Idem, p. 106) dizendo que;

muitas vezes “perde-se de vista a historicidade desses fenômenos e não se percebe que certas mudanças ou continuidades históricas decorrem de decisões, e essas, de interesses, (razões objetivas e humanas), não sendo fruto de tendências naturais. (MORAES; GUIMARÃES; TOMAZI, 2004, p. 106).

Outro papel fundamental da Sociologia, no parecer das OCNs, é levar os estudantes a desenvolverem a habilidade do *estranhamento*. “Observar que os fenômenos sociais não são de imediato conhecidos, pois aparecem como ordinários, triviais, corriqueiros, normais” (MORAES; GUIMARÃES; TOMAZI, 2004, p. 107). Para o documento, só é possível tomar certos fenômenos como objeto da Sociologia na medida em que sejam submetidos a um processo de estranhamento, problematizados.

Enfim, diante de todas estas colocações, problematizadas no contexto da análise dos discursos presidenciais e ilustradas pela função da Sociologia conforme materializados nas OCNs, entende-se que gênero é um conceito significativamente caro nas Ciências Sociais.

Não nos alongaremos a defini-lo em diferentes correntes teórico-metodológicas das Ciências Sociais, mas podemos inferir que este conceito basicamente se refere ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas socialmente ou, então, como são “traduzidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico” (GUACIRA, 1997, p.22), isto é, o que o social impôs como “certo”, como “normal” aos sexos (biológico). Sendo ele (gênero) explicado sob várias vertentes teórico-metodológicas.

Ainda a respeito do conceito, lembramos o que diz a Nota Técnica do MEC em 2015, quando explodiram no país todas as consequências dos discursos e ações coletivas organizadas por grupos conservadores que tentaram, a todo modo, retirar o conceito de gênero do Plano Nacional de Educação, assim como dos Planos Estaduais e Municipais.

O conceito de gênero diz respeito à construção social de práticas, representações e identidades que posicionam os sujeitos a partir de uma relação entre masculinidade e feminilidade. É conceito fundamental para compreender a dimensão histórica, social política e cultural das diferenças e do próprio processo de construção subjetiva de homens e mulheres (MEC. Nota Técnica nº24/2015, p.01).

Logo, o conceito de gênero, como vimos, foi elaborado para evidenciar que o sexo anatômico não é o elemento definidor das condutas da espécie humana. As culturas criam padrões que estão associados a seus corpos. O conceito (gênero) serve-se como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política. Mas estas análises teóricas não foram consideradas por muitos ativistas, sobretudo religiosos, que tentaram a todo custo, retirar o conceito dos planos educacionais.

A própria nota que o MEC disponibilizou, explica o motivo pelo qual precisou se posicionar;

A partir da aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE (Le nº 13.005, de 25 de junho de 2014), iniciou-se a construção dos correspondentes planos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e, nesse processo, uma série de temas ganhou significativa visibilidade, dentre eles, o debate em torno da dimensão de gênero e orientação sexual nos planos de educação. (MEC. Nota Técnica nº24/2015, p.1).

Para se ter uma amostra sobre esse ocorrido (a polêmica de gênero no Plano Nacional de Educação, assim como nos Planos Estaduais e Municipais) cito o Portal de Notícias da Folha de São Paulo que trouxe uma reportagem referida às discussões sobre os Planos Estaduais de Educação, onde “pressionados pelas bancadas religiosas e como respaldo das igrejas evangélicas e católicas, deputados de ao menos oito Estados retiram dos Planos Estaduais de Educação referências a



identidade de gênero, diversidade e orientação sexual”<sup>15</sup>. Neste contexto, foram retiradas inclusive metas de combate à discriminação racial.

O que assola os pesquisadores da área, com todo este contexto, é que trata-se de um conceito fundamental das Ciências Sociais e do Ensino de Sociologia nas escolas de Educação Básica. No mesmo caminho de análise, os Planos Nacionais, Estaduais e Municipais de Educação são expressões fortíssimas do currículo, que deveria ser construído democraticamente, visando expressar os anseios, as expectativas, as demandas e as necessidades oriundas da realidade dos estudantes brasileiros.

Assim, deixar fora desses currículos o debate sobre gênero, é deixar fora de importantes instrutores do planejamento escolar, a realidade da desigualdade de gênero, caracterizada pela violência que persiste em silenciar e matar tantas meninas brasileiras. O Portal de Notícias EBC traz uma reportagem onde ressalta a importância do Plano de Educação como instrumento para o planejamento educacional.

As situações de racismo, homofobia, lesbofobia e demais violências que ocorrem no ambiente escolar não contribuem com uma educação de qualidade e podem levar ao sofrimento, à repetência e à evasão escolar”, reforçou a coordenadora do Geledés. Em meio a este embate ideológico, Lula Ramires recordou a importância do movimento feminista para que a Constituição Federal garantisse a igualdade entre homens e mulheres perante a lei. Com a aprovação dos Planos, ficou evidente a necessidade dos movimentos feministas e de mulheres voltarem suas ações para a área da educação e exigirem da escola determinados princípios da igualdade e da laicidade.<sup>16</sup>

Para prosseguir a problematização, trago à discussão o texto “*Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas*”, onde Guacira Louro trabalha com a questão de que nada há de puramente “natural” e “dado”. Para ela “ser homem e ser mulher constituem-se em processos que acontecem no âmbito da cultura” (LOURO, 2008, p.18).

---

<sup>15</sup>Disponível: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1647528-por-pressao-planos-de-educacao-de-8-estados-excluem-ideologia-de-genero.shtml>>. Acesso: 08/02/2016.

<sup>16</sup>Disponível: <<http://www.ebc.com.br/educacao/2015/07/entenda-por-que-e-importante-discutir-igualdade-de-genero-nas-escolas>>. Acesso: 08/02/2016.

Assim, a construção do gênero se dá ao longo da vida, através de práticas, aprendizados, experiências. “Insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais” (LOURO, 2008, p.18).

Louro (2008) mostra que nesse processo constitutivo que é antes de tudo histórico e cultural de construção dos papéis sexuais, a “família, a escola, a igreja, as instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes” e, que hoje, os modos de compreensão de dar sentido e de viver os gêneros (e a sexualidade) multiplicaram-se e transformaram-se.

Heleith Saffioti explica que não existe um único significado para o gênero, mas se tem diversas concepções da categoria,

Gênero também diz respeito a uma categoria história, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher (SAFFIOTI, 1992, 1997b; SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995) etc. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino (SAFFIOTI, 2004, p.45).

Desta forma, lembremos que o feminino foi construído historicamente no mundo ocidental sob a ótica do masculino, cujo olhar definiu os lugares que a “natureza” de cada gênero permitiria ocupar, sendo assim, os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder (GUARCIRA, 1997, p.41).

Aí a importância de toda a luta das universidades, dos movimentos sociais e das escolas para preservar o conceito de gênero nos Planos Nacional de Educação, assim como dos Planos Estaduais e Municipais. Afinal, para que possamos pensar em qualquer estratégia de intervenção é necessário, sem dúvida, reconhecer as formas de instituição das desigualdades sociais (GUACIRA, 1997, p.86), a partir daí construir novos mecanismos, instrumentos para transformações dessas desigualdades.

## CAPÍTULO II

### AS PERSISTENTES DESIGUALDADES DE GÊNERO

#### 2.1. PROBLEMATIZANDO O CONCEITO E AS DESIGUALDADES DE GÊNERO

“O que chamamos de homem e mulher não é produto da sexualidade biológica, mas sim relações sociais baseadas em distintas estruturas de poder” (QUARTIM DE MORAES, 1998, p.100). Assim, para compreender melhor os sentidos dos discursos de Dilma, temos que problematizar o que estamos entendendo pelo conceito de gênero.

Se os discursos têm seus significados e são legitimadores de significados, como Louro indica, precisamos compreender a relevância da luta feminista no campo das relações culturais e da atribuição desses significados construídos desigualmente no Brasil em torno da imagem das mulheres, afinal, como vemos abaixo, a voz ouvida por longos anos tem sido a voz masculina. Até quando tomar estes diferentes espaços culturais onde se configuram relações de poder e gritar pelo fim da desigualdade de gênero será ainda compreendido como comportamento desviante?

A voz que ali se fizera ouvir, até então, havia sido a do homem branco heterossexual. Ao longo da história, essa voz falara de um modo quase incontestável. Construíra representações sociais que tiveram importantes efeitos de verdade sobre todos os demais. Passamos, assim, a tomar como verdade que as mulheres se constituíam no “segundo sexo” ou que gays, lésbicas, bissexuais eram sujeitos de sexualidades “desviantes”. Por tudo isso, colocava-se, como uma meta urgente para os grupos submetidos, apropriar-se dessas instâncias culturais e aí inscrever sua própria representação e sua história, pôr em evidência as questões de seu interesse. A luta no terreno cultural mostrava-se (e se mostra), fundamentalmente, como uma luta em torno da atribuição de significados - significados produzidos em meio a relações de poder (LOURO, 2008, p.20-21).

Por isso, continuamente, as relações de poder no interior das relações de gênero são inscritas e reinscritas “pelos políticas e pelos saberes legitimados, reiteradas por variadas práticas sociais e pedagogias culturais”

(LOURO, 2008, p.22). Se já não bastasse a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas, temos ainda hoje preponderando estas consequências materializadas na sua ampla invisibilidade como sujeitos da história. Por tudo isso, as relações de poder de gênero devem ser reinscritas para a promoção de uma igualdade de fato.

O trabalho “*Mulheres no Poder: a Constituição do Ethos Retórico no Primeiro Discurso de Dilma Rousseff como Presidente do Brasil*” também usa, como nós, o método da Análise de Discurso e mostra como a atual presidenta do Brasil constituiu sua imagem de forma a diminuir a distância existente entre ela e seu auditório (neste caso, seus eleitores), visando a vitória nas eleições presidenciais do ano de 2010.<sup>17</sup>

Quando analisamos o texto, percebemos como é importante para a constituição do discurso e a aproximação do orador com o seu auditório em termos de conteúdo, ideologia e linguagem, a preocupação com a escolha do vocabulário. Percebe-se que o orador deve se preocupar em se comunicar com uma linguagem acessível ao seu auditório e sempre levar em consideração o conhecimento de mundo que esse tem. “Dessa forma, até a linguagem deve ser moldada” (VERZOLA e FIGUEIREDO, 2011, p.5).

Por exemplo, o assunto sobre a participação ativa das mulheres na política do país foi uma fala constante durante a campanha eleitoral de Dilma, pois ela seria a primeira mulher a governar o Brasil historicamente comandado por homens. Sua inserção na presidência foi caracterizada por muitas falas de preconceito e repressão. Como as autoras relatam, de acordo com a citação da Revista *Veja*,

a política, aqui no Brasil, ainda é vista como assunto para homens. E, essa luta pela maior participação feminina em todo e qualquer campo representa o desejo da maioria das mulheres de nosso país. Dessa maneira, ao abarcar um assunto tão relevante na sociedade atual, Dilma obtém a adesão, por meio da identificação, de uma grande parcela de seus eleitores, as mulheres, que se encontram na mesma situação que então Dilma se encontrava como candidata: a situação frequente do preconceito. Além disso, o assunto a ser tratado em um

---

<sup>17</sup> VER EM: (FIGUEIREDO, Maria Flávia, e VERZOLA, Marina Gláucia. [retirar os nomes] “Mulheres no poder: a constituição do *ethos* retórico no primeiro discurso de Dilma Rousseff como presidente do Brasil.” Anais do SILEL. Volume 02, Número 2. Uberlândia: EDUFU, 2011, p.2) O conceito de “*ethos* retórico, de modo geral, se caracteriza como a imagem, verdadeira ou não, que o orador constrói de si mesmo no intuito de convencer e persuadir seu auditório” (FIGUEIREDO e VERZOLA, 2011, p.03).

discurso representa estratégia para aproximar ou afastar o auditório do orador e, neste caso, a oradora optou por utilizar um dos argumentos mais fortes logo no início de seu discurso. Por isso, a escolha por tratar desse tema logo no começo já garante a aproximação de pelo menos metade dos eleitores. (VERZOLA e FIGUEIREDO, 2011, p.7).

Histórica e culturalmente, o patriarcado brasileiro atuou para ocultar e excluir as mulheres, os gays e os negros de toda forma de participação política institucional. “Ao não nomeá-las, [...] colocou o homem branco heterossexual no centro, como parâmetro referente”. (Secretaria de Políticas para as Mulheres Presidência da República, 2015. p.15).

No nosso entendimento, romper com a tradição patriarcal do Estado implica em questionar o poder dos homens, que ainda consagra a experiência masculina como a certa e a universal. Pensamos que, com isto, deve se dar relevância ao discurso da presidenta Dilma Rousseff, pois como Guacira nos lembra, “o discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina” (GUACIRA, 1997, p.43).

## **2.2. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

No mundo inteiro os casos de agressões contra mulheres, a violência de gênero, letais ou não, são bastante frequentes e em cada lugar seguem diferentes justificativas. “A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais” (SAFFIOTI, 2004, p.71).

Nos séculos passados a violência contra a mulher tinha um consentimento da sociedade. Nessa época o homem era dono da mulher ao casar-se. Ele sendo o chefe da casa podia bater, surrar, até mesmo matar sem consequências de sofrer penalidades. Desta forma, a violência de gênero, atravessa quase todas as sociedades, manifestando-se em qualquer classe social, raça/etnia, gerações, orientação sexual, crenças.

A constituição federal de 1969, no Brasil, ainda apresentava caracteres de uma sociedade machista e excludente onde, por

exemplo, era dever da mulher, inscrito por lei, prestar serviços sexuais para seu companheiro sempre que ele solicitasse. Com a Constituição de 1988, algumas conquistas foram alcançadas no âmbito feminino através da formalização da equidade de gênero prevista em lei, que nos termos da constituição dispõe “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”. A partir de então a mulher passa a ser igual ao homem perante a lei, o que não se mostra tão eficaz na prática. (SOUZA, 2010, p.07).

E para mostrar a preponderância e a insistência dessa violência contra as mulheres no Brasil, podemos citar a pesquisa:

Os dados da Vigilância de Violência e Acidentes – VIVA (2009), do Ministério da Saúde, apontam que são mulheres as principais vítimas da violência doméstica e sexual, envolvendo-as desde a infância até a terceira idade. Além disso, uma pesquisa recente do DataSenado sobre violência doméstica e familiar contra a mulher registrou que, no Brasil, cerca de 13,5 milhões de mulheres já sofreram algum tipo de agressão (DataSenado, 2013). (RASEAM, 2013, p.103).

Nas relações de gênero estão imbricadas as relações de poder. E quando falamos em gênero e relações de poder no Brasil não podemos deixar de problematizar o conceito de violência. Para Saffioti violência é compreendida enquanto “ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral” (SAFFIOTI, 2004, p.17).

E os dados estatísticos não deixam mentir a gravidade desse contexto;

Em 2012, foram notificados 161.274 casos de violência doméstica, violência sexual e outros tipos de violência atentados contra mulheres e homens. As mulheres eram as vítimas em quase 66% dos registros computados pelo SINAN. Quanto aos tipos de violência registrados, observa-se que as mulheres eram as vítimas em mais de 90% dos casos notificados de violência sexual, financeira, psicológica e moral e, também, nos casos de tortura. Com relação aos registros de violência física, as mulheres correspondiam a mais de 79% das vítimas. (RASEAM, 2015, p.41).

O artigo publicado por Nalu Faria (2004) diz que a violência doméstica e sexual, ou violência sexista, configura-se como a expressão mais dura da opressão contra as mulheres. O mesmo texto afirma: “sabemos que é fruto das relações desiguais e de poder entre homens e mulheres, que expressam de forma mais contundente as contradições dessa relação de poder” (FARIA, 2004, p.01).

A violência doméstica tem lugar, predominantemente, no interior do domicílio e, muitas vezes, a violência é exercida por pessoas que estão próximas das mulheres, como os (ex)marido, (ex)companheiro, (ex)amante, (ex)namorado, pais, parentes, amigos e colegas de trabalho. Como mostram os dados:

Segundo os dados do SINAN, em 2012, os agressores eram do sexo masculino em 82% dos casos em que as vítimas eram mulheres. Quando houve a suspeita de que o agressor estava alcoolizado, quase 83% das vítimas eram do sexo feminino. Outro ponto alarmante é o fato de que mais de 64% das violências registradas contra mulheres adultas foram cometidas em suas residências. Além disso, mais de 40% dos registros de violência contra as mulheres adultas, entre 20 e 59 anos de idade, reportavam casos de violência de repetição, ou seja, as agressões eram vividas de forma recorrente. No que tange à cor ou raça, as mulheres brancas correspondiam a quase 45% do total das vítimas cuja notificação de violência foi registrada pelo SINAN em 2012 e as mulheres negras eram mais de 38% desse total. As mulheres com deficiência mental, dentro do universo de mulheres com algum tipo de deficiência, foram as que mais tiveram registros notificados no SINAN, representando mais de 44%. (RASEAM, 2015, p.41).

O artigo de Jackeline Romio (2013), intitulado “*Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD – 2009)*”, traz interessantes problematizações acerca da violência contra a mulher, segundo raça/cor, identificando os agressores e os principais ambientes sociais onde esta se dá.

Em relação à questão racial entre as mulheres, uma diferença percebida é que, na residência das mulheres negras e brancas, destacam-se como agressores os (ex)cônjuges e parentes, sendo que, para as mulheres negras, nota-se um aumento de pessoas conhecidas que a agrediram na residência, 24,2%, enquanto o percentual foi de 18,1 para as mulheres brancas. Quando o ambiente onde ocorreu a agressão foi a casa de terceiros, o principal agressor de brancas e negras foi o conhecido (39,7% para negras e 36,1% para brancas), seguido pelo (ex)cônjuge, que representou 31,% e 27,2% dos agressores, respectivamente. (ROMIO, 2013, p.150-151).

As questões trazidas pela professora Maria Nilza da Silva, professora e pesquisadora da temática racial, coordenadora atual do NEAB/UEL (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros), nos faz pensar com mais cuidado a

importância da variável raça nestes dados sobre a violência contra as mulheres negras no Brasil.

A situação da mulher negra no Brasil de hoje manifesta um prolongamento da sua realidade vivida no período de escravidão com poucas mudanças, pois ela continua em último lugar na escala social e é aquela que mais carrega as desvantagens do sistema injusto e racista do país. Inúmeras pesquisas realizadas nos últimos anos mostram que a mulher negra apresenta menor nível de escolaridade, trabalha mais, porém com rendimento menor, e as poucas que conseguem romper as barreiras do preconceito e da discriminação racial e ascender socialmente têm menos possibilidade de encontrar companheiros no mercado matrimonial. (SILVA, 2003, p. 01).

Além de fazer um panorama sobre a situação da mulher negra no Brasil, Silva (2003) problematiza neste mesmo texto a condição da mulher no ambiente de trabalho, onde esta continua ganhando menos que os homens brancos pelos mesmos trabalhos desenvolvidos e ainda são vítimas do preconceito racial;

A pobreza e a marginalidade a que é submetida a mulher negra reforça o preconceito e a interiorização da condição de inferioridade, que em muitos casos inibe a reação e luta contra a discriminação sofrida. O ingresso no mercado de trabalho do negro ainda criança e a submissão a salários baixíssimos reforçam o estigma da inferioridade em que muitos negros vivem. Contudo, não podemos deixar de considerar que esse horizonte não é absoluto e mesmo com toda a barbárie do racismo há uma parcela de mulheres negras que conseguiram vencer as adversidades e chegar à universidade, utilizando-a como ponte para o sucesso profissional. (SILVA, 2003, p. 01).

Concordamos com Maria Nilza (2003) quando afirma que a questão de gênero é um complicador, mas que quando este demarcador é atrelado à questão de raça a situação fica ainda mais complicada.

As mulheres negras que conquistam melhores cargos no mercado de trabalho dispõem de uma força muito maior que outros setores da sociedade, sendo que algumas provavelmente pagam um preço alto pela conquista, muitas vezes, abdicando do lazer, da realização da maternidade, do namoro ou casamento. Pois, além da necessidade de comprovar a competência profissional, têm de lidar com o preconceito e a discriminação racial que lhes exigem maiores esforços para a conquista do ideal pretendido. A questão de gênero é, em si, um complicador, mas, quando somada à da raça, significa as maiores dificuldades para os seus agentes. (SILVA, 2003, p. 01).



Estas argumentações de Silva (2003) nos ajudam a compreender os significativos índices de violência e seus demarcadores de raça, demonstrados na pesquisa comentada por Romio (2013).

Esta diferença pode sugerir que a mulher negra seja agredida pelo (ex)companheiro independentemente do local, pois também nota-se que elas foram agredidas por cônjuges e ex-cônjuges em local público em maior proporção que as mulheres brancas – 3,7% das mulheres brancas, em contrapartida, o dobro das mulheres negras, 7,6%, sofrem no mesmo ambiente e tipo de agressão. Para as mulheres brancas, o ambiente público tem como ator da agressão o desconhecido (57%). Isto significa que raça/cor tem impacto no perfil do agressor e/ou do local da agressão no espaço público. É necessário um esforço maior para interpretar este dado, mas sabe-se que esta informação pode ter relação aos cuidados com a imagem da mulher branca no espaço público e suas perspectivas de proteção neste espaço, algo que ocorre com menor frequência para a mulher negra. Sugere-se a leitura deste dado relacionado às imagens de controle da imagem da mulher negra e sua exposição à violência e violação na mídia e na vida pública, inclusive quando estas agressões partem de suas redes de proteção, como parentes e afins. (ROMIO, 2013, p.150-151)<sup>18</sup>.

A violência contra a mulher foi sempre muito naturalizada no Brasil, por isso muitas vezes no dia-a-dia não nos damos conta de suas causas, variáveis e consequências. Além de sermos vítimas dessa violência (e do machismo) nós a reproduzimos.

E, como todos os outros aspectos da opressão, a violência contra as mulheres é um fato histórico, construída socialmente e tem sua base na dominação-exploração das mulheres pelos homens.

Efetivamente, a questão se situa na tolerância e até no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força-potência-dominação contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce e sensível, portanto, mais adequada ao desfrute do prazer. (SAFFIOTI, 1999, p.84).

E não se deve esquecer que no caso das mulheres negras, esta história se complica, “pois são muitas as situações de violência às quais elas são expostas, multiplicando-se os riscos de vitimização na experiência das violências

---

<sup>18</sup> Disponível: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20978](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20978)>. Acesso: 22/01/2016.

originárias tanto da estrutura patriarcal quanto do racismo brasileiro” (ROMIO, 2013, p.135).

Mas a entrada da mulher negra nas universidades, o que tem ocorrido de forma cada vez mais significativa no Brasil, sobretudo nos últimos dez anos, dá-nos a esperança de que este cenário começa a mostrar sinais de mudanças sociais importantes.

A mulher negra, portanto, tem que dispor de uma grande energia para superar as dificuldades que se impõe na busca da sua cidadania. Poucas mulheres negras conseguem ascender socialmente. Contudo, é possível constatar que está ocorrendo um aumento do número de mulheres negras nas universidades nos últimos anos. Talvez a partir desse contexto se possa vislumbrar uma realidade menos opressora para os negros, especialmente para a mulher negra. (SILVA, 2003, p. 01).

Esta dominação-exploração das mulheres pelos homens é o que nomeamos de patriarcado. Sobre o conceito, Saffioti nos adverte: “patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo” (2004, p.47). Na formação dos papéis sociais, as mulheres são;

qualificadas como puras ou impuras se cumprimos ou não o papel feminino da maternidade, considerado nosso principal papel. Com essas representações, definem que devemos ser intuitivas, sensíveis, cuidadoras, delicadas, amáveis, carinhosas e boas donas de casa (FARIA, 2004, p.01).

Assim, as manifestações de violência sofridas, em geral, são uma maneira de “se adestrar” as mulheres para que elas se mantenham numa posição de inferioridade, porque “um dos elementos nucleares do patriarcado reside exatamente no controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa a seu marido” (SAFFIOTI, 2004, p.49).

As desigualdades só poderão ser percebidas – e desestabilizadas e subvertidas- na medida em que estivermos atentas/os para suas formas de produção e reprodução, como afirma Louro (1997, p.121).

Estima-se que entre 2001 e 2011 tenham ocorrido mais de 50 mil homicídios motivados por misoginia<sup>19</sup>. Isso torna o Brasil o sétimo país que mais

<sup>19</sup>mi-so-gi-ni-a

(grego *misogunía*, -as)

1. Aversão às mulheres.

2. Repulsão patológica pelas relações sexuais com mulheres. "**misoginia**", in Dicionário Priberam

mata mulheres no mundo, segundo a pesquisa realizada em 2012 pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA)<sup>20</sup>. As consequências decorridas deste passado refletido nos dados da pesquisa realizada em 2012 pelo IPEA também apresenta que as mulheres negras representam 61% das vítimas de feminicídios no país.

Para ilustrar, em “2012, as mulheres eram mais de 51% da população brasileira e as mulheres que se declararam negras compunham quase 52% da população feminina do país” (RASEAM 2015, p.13). E, em “2010, o eleitorado nacional era de 135,8 milhões de pessoas”. Para o processo eleitoral de 2014, o número saltou para 142,4 milhões – um aumento de quase 5%. O eleitorado brasileiro foi composto por 52,1% de mulheres e 47,9% de homens” (RASEAM, 2015, p.44).

No que diz respeito às mulheres negras, vale ressaltar também o alerta feito por Maria Nilza Silva;

Na atualidade não se pode tratar a questão racial como elemento secundário, destacando apenas a problemática econômica. A posição social do negro não se baseia apenas na possibilidade de aquisição ou consumo de bens. Ainda há uma grande dificuldade da sociedade brasileira em assumir a questão racial como um problema que necessita ser enfrentado. Enquanto esse processo de enfrentamento não ocorrer, as desigualdades sociais baseadas na discriminação racial continuarão, e, com tendência ao acirramento, ainda mais quando se trata de igualdade de oportunidades em todos os aspectos da sociedade. (SILVA, 2003, p. 01).

Desta forma, os trabalhos aqui revisados pretenderam contribuir para fomentar o debate sobre a reprodução das desigualdades de gênero, mas também para mostrar como os movimentos sociais de mulheres têm conseguido vitórias importantes na superação destas relações desiguais de poder.

Quando analisamos o conceito de gênero, vemos a importância desse conteúdo estar presente nos currículos da Educação Básica e do Ensino Superior, tanto na formação dos licenciados quanto na formação dos bacharéis.

---

da Língua Portuguesa [em linha], 2008 2013, <https://www.priberam.pt/DLPO/misoginia> [consultado em 01-12-2015].

<sup>20</sup> Disponível: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&id=19873](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=19873)>. Acesso: 01/12/2015.

Afinal, alertar para práticas sociais capazes de inibir as identidades ou mesmo capazes de promover transformações relevantes para a conquista da igualdade na sociedade brasileira, é uma função que cabe também às escolas e às universidades. Lá se aprende também a desnaturalizar e estranhar os discursos, questionar as estatísticas e problematizar as diferentes imagens que a sociedade quer incutir nas mulheres.

É importante salientar que o conteúdo “diversidade sexual e de gênero” aparece pela primeira vez nas Diretrizes Curriculares Nacionais das Licenciaturas, em 01 de julho de 2015, na Resolução CNE nº 02, como conteúdo e metodologia obrigatórios nos currículos de formação dos professores.

Pelo referido documento, o mesmo conteúdo passa a ser exigido nas quatro dimensões das DCNs das Licenciaturas, ou seja, nos cursos de segunda licenciatura, de formação pedagógica dos bacharéis e nos programas/políticas de formação continuada dos professores da Educação Básica e do Ensino Superior em todo o país. Todas as instituições de ensino superior do Brasil, públicas e privadas, no prazo de dois anos, a contar de julho de 2015, deverão se reorganizar para que nos Cursos de Licenciatura seja ministrado os conteúdos referentes a cinco tipos de diversidades “étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional”, seja como nova disciplina ou inserindo-os nas ementas de disciplinas obrigatórias já existentes.

O referido documento define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. No capítulo V, artigo 13º, assim como em outros artigos que tratam das quatro dimensões do documento, exige que as instituições;

deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, **diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional**, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. (BRASIL, DCNs das Licenciaturas, 2015, p. 11). (grifos meus)

As diversidades “étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional” podem ser desenvolvidas como conteúdos de disciplinas teóricas nas propostas pedagógicas das Licenciaturas, como também dos programas de estágios, das práticas de ensino ou dos critérios de cumprimento de AAC – Atividade Acadêmica Complementar. Importa que tais conteúdos devam abranger tanto o campo da teoria quanto o campo da prática nos principais eixos formadores dos cursos de formação de professores, obrigatoriamente até o segundo semestre de 2017.

As exigências das DCNs das Licenciaturas demonstram a importância da inserção do conteúdo de gênero nos programas de formação inicial e continuada dos professores, algo que agora deve extrapolar a área de Ciências Humanas, onde as discussões estavam mais concentradas até este momento.

Por isso, ao se deparar com os discursos da presidenta Dilma, precisamos ter em mente que o principal conceito que está por detrás dos bastidores analisados é o conceito de gênero. Assim, ter conhecimento mais aprofundado deste conceito nos permite analisar mais criticamente tal texto e seus diferentes contextos. Esse conhecimento precisa ser acessado por todas as mulheres e homens desde a mais tenra idade na escola. É ele, trabalhado de maneira crítica e democrática, que lhes permitirá perceber as relações de violência, de desigualdades, de poder e de ideologia que perfaz as realidades sociais e os discursos políticos.

### **2.3. ALGUMAS POLÍTICAS PÚBLICAS ATUAIS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Trabalhar democraticamente a gestão de políticas públicas para as mulheres, nas várias esferas de governo, significa atuar sempre no sentido de romper com barreiras, com valores, com normas impostas social e culturalmente, com resistências e com a eletividade de recursos.

“E no caso das políticas para as mulheres, devem ser priorizados os serviços públicos essenciais, como por exemplo, a erradicação da violência contra as mulheres” (Secretaria de Políticas para as Mulheres Presidência da República, 2015, p.10).

O Programa 'Mulher Viver sem Violência' é um bom exemplo do empenho atual da atual gestão no enfrentamento à violência contra as mulheres brasileiras. A Casa da Mulher Brasileira constitui-se em um espaço de acolhimento e atendimento humanizado às mulheres em situação de violência, busca também facilitar o acesso dessas mesmas aos serviços especializados e, desta forma, ajudam-nas a sair do ciclo de violência.

Para além da ampliação da rede de serviços, outro exemplo da preocupação em levar as políticas para as mulheres para camadas da população feminina desprotegidas pode ser dado pelas Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres Rurais em Situação de Violência - ônibus e barcos adaptados que levam serviços especializados da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência às populações com menores condições de acesso. Essas unidades móveis - que fazem parte do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e se somam ao programa 'Mulher, Viver sem Violência' – tem como objetivo integrar serviços para aplicação da Lei Maria da Penha no campo, na floresta e nas águas. (Secretaria de Políticas para as Mulheres Presidência da República, 2015, p.9-10).

No mesmo caminho de análise, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres também representa um avanço, após efetivas lutas dos movimentos de mulheres e feministas no Brasil pela democratização das políticas públicas;

o resultado de lutas dos movimentos de mulheres e feministas, cujas mobilizações fazem parte da história de resistência contra todas as situações de opressão e de discriminação, pelo direito ao voto, exigindo a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja por meio dos grupos de mulheres (Secretaria de Políticas para as Mulheres Presidência da República, 2015, p.13).

Portanto, as propostas consolidadas no PNPM traduzem em ações o compromisso do governo de enfrentar as desigualdades entre mulheres e homens no país.

As Conferências Nacionais de Mulheres Brasileiras também podem ser entendidas como importante passo na luta diária pela emancipação e valorização das mulheres no país. Cabe destacar o papel da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres como demarcadora da aglutinação dessas forças contra a violência e desigualdade de gênero no Brasil.

A prática de realização de conferências nacionais foi instituída como estratégia política a partir de 1988, com a Carta Constitucional. O governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, legitimou a realização de conferências tornando-as amplas, abrangentes e inclusivas, como parte do exercício político da democracia participativa. Estas passaram a contemplar diversos segmentos sociais e temas, áreas e questões postas por diferentes demandas da população. Em 2002, organizações do movimento feminista brasileiro realizaram a sua Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. Em 2004 a Presidência da República e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (à época Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres) convocam a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Desta forma, o fortalecimento de políticas voltadas às mulheres vem ocorrendo concomitantemente (Secretaria de Políticas para as Mulheres Presidência da República, 2015, p.3-4).

Mas, é preciso não esquecer que o sistema político nacional ainda é fortemente dominado pelo poder masculino, e as mulheres continuam tendo muitas dificuldades para conseguir participar deste processo complexo de inclusão, que ainda se dá mais no campo do discurso do que no espaço das práticas sociais concretas.

Desta forma, a luta das mulheres pelo direito ao voto se vincula ao direito de eleger, mas também ao de serem eleitas, de serem ouvidas, de se articularem politicamente e de cobrarem que seus direitos sejam priorizados nesta sociedade ainda comandada por homens, mesmo tendo como presidenta uma mulher.

Outro momento importante no contexto das políticas públicas de combate contra as desigualdades de gênero foi a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, em março de 2003;

[...] foi o reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro Brasileiro e da necessidade do Estado atuar para garantir direitos e cidadania para mulheres e homens negros, tendo em vista a desigualdade e a precariedade das condições de vida de grande parte dessa população. (Secretaria de Políticas para as Mulheres Presidência da República, 2015, p.17).

Em outubro de 2015, Dilma Rousseff criou uma nova pasta, chamada “Ministério da Cidadania”, que uniu a Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria de Políticas

para as Mulheres. Para a nova pasta foi nomeada a pedagoga Nilma Lino Gomes, primeira mulher negra a assumir a reitoria de uma universidade federal no país (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, em Redenção - CE).

Muitas universidades, movimentos sociais e entidades que atuam diretamente com políticas de promoção da igualdade racial lamentaram a fusão entre as três secretarias. Estas ainda temem que a qualidade dos serviços piore e que as especificidades fiquem em segundo plano nas ações governamentais.

O discurso de Dilma, de março de 2013, aponta que “somos o governo com o maior volume de políticas públicas em favor da mulher”. Mas a fusão da “Secretaria de Políticas para as Mulheres”, no novo “Ministério da Cidadania” preocupa as mulheres que necessitam desses serviços, já que a nova pasta também terá que se dedicar, sem aumento representativo de recursos humanos e materiais, com a questão dos direitos humanos e com as questões raciais. Assim como as entidades que trabalham com a promoção da igualdade racial, muitos movimentos de mulheres lamentaram esta estratégia de otimização e barateamento da gestão dos serviços nesta política pública.

Isso preocupa quem luta pelo fim da violência contra a mulher e precisa do apoio de políticas públicas (nacionais, estaduais, municipais) eficazes para combater esta significativa forma de desigualdade que persiste no país.

Voltando a falar sobre as políticas voltadas ao enfrentamento da violência sabe-se que o atendimento às vítimas de violência deve ser realizado com muita cautela, pois estamos lidando com histórias, trajetórias de sofrimentos, afetos, às vezes com famílias inteiras envolvidas. Também é essencial que a vítima se sinta acolhida. Logo, temos que capacitar e qualificar profissionais para este atendimento. Esta política de qualificação de profissionais de diferentes áreas do conhecimento (Ex: Sociologia, Serviço Social, Psicologia, Direito, etc...) que estejam realmente preparados para lidar com as mulheres vítimas de violência, precisa merecer mais atenção por parte do governo de Dilma, pois as estatísticas crescem e continuam vitimando meninas em todo território nacional.

Outras políticas, como do PRONATEC, são consideradas referenciais para diminuição das desigualdades entre homens e mulheres, ao proporcionarem mais oportunidades de qualificação profissional e emprego com



carteira assinada para muitas mulheres de baixa renda. No que diz respeito à punição da violência contra a mulher, também não podemos deixar de considerar a eficiência da Lei Maria da Penha (LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006), que tem conseguido tirar da impunidade vários homens agressores. Porém, a violência doméstica, o tráfico sexual e crimes de violência sexual continuam assustando a população feminina. No discurso de março de 2013, a presidenta reconhece que são “crimes monstruosos” e que o combate demanda maior empenho por parte da sociedade e do governo.

Isso significa, principalmente, intensificar o **combate contra os crimes monstruosos do tráfico sexual e da violência doméstica**, como estamos fazendo. **A violência doméstica, aliás tem que ser varrida dos nossos lares** e do nosso território. Já temos instrumentos poderosos para isso, como a Lei Maria da Penha, que é uma das melhores do mundo. É preciso agora maior compromisso e participação de todos nós. (BRASIL, 08 de março de 2013). (grifos meus)

Contudo, vale o questionamento: essas políticas voltadas às mulheres são frequentemente apresentadas como ações destinadas ao fortalecimento da família brasileira? Ou são voltadas ao fortalecimento da autonomia, da identidade e da liberdade da mulher? Como mostra o relato da Secretaria de Políticas para as Mulheres de 2015, muitas destas políticas têm reafirmado o papel desigualmente construído em torno da imagem da mulher brasileira, como mãe, esposa e zeladora da família e da nação, contrariando a imagem que o Movimento de Mulheres vem arduamente combatendo ao longo de muitas lutas.

luta pela erradicação das relações patriarcais e busca pelo estabelecimento de políticas públicas que abordem as mulheres como sujeitos políticos e individuais, com plena autonomia e direitos. Por outro, constata-se a permanência de políticas públicas que reafirmam os papéis tradicionais das mulheres como de serem mães, esposas do lar, encarregadas por zelar pelo bem estar da família e responsabilizadas pelo sucesso, pelo bem estar e educação das futuras gerações. (Secretaria de Políticas para as Mulheres, Presidência da República, 2015, p.16).

No trecho abaixo vemos que a presidenta se dirige ao indivíduo que pratica a violência e também o coage *“agem assim por falta de respeito ou por falta de temor, não esqueçam jamais que a maior autoridade deste país é uma mulher”*.

Para encerrar, **faço um apelo e um alerta àqueles homens que, a despeito de tudo, ainda insistem em agredir suas mulheres. Se é por falta de amor e compaixão que vocês agem assim**, peço que pensem no amor, no sacrifício e na dedicação que receberam de suas queridas mães. Mas se vocês **agem assim por falta de respeito ou por falta de temor**, não esqueçam jamais que **a maior autoridade deste país é uma mulher**, uma **mulher que não tem medo de enfrentar os injustos** nem a injustiça, estejam onde estiverem. (BRASIL, 08 de março de 2013). (grifos meus)

Pode-se perceber que “aqueles homens” que aparecem no discurso da presidenta, na maioria das situações, são “esses homens” que estão muito próximos ao convívio com a vítima, dentro de suas próprias casas. “Os dados da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 revelam, que os agressores eram os companheiros e ex-companheiros das vítimas em mais de 69% dos relatos de violência”. (RASEAM, 2015, p.38).

Também pode-se perceber que se faz uma analogia de quem pratica os atos violentos, nomeando-os como pessoas com falta de sentimentos: “*Se é por falta de amor e compaixão que vocês agem assim*”; por que não questionar a cultura, as estruturas de poder?. Neste caso podemos perceber uma estratégia de silenciamento, do “não dito” nas entrelinhas do discurso. Ela não está questionando a estrutura de poder que reforça preconceitos e discriminações (racismo, machismos, sexismo). Algumas reportagens trazem manchetes que muitos crimes cometidos por homens (companheiro, ex-companheiro, namorado) são por “falta de amor”, afirmando que “matam por amor”. Ao se fazer uma relação com afeto ou qualquer outro tipo de sentidos reproduzidos, corre-se o risco de veicular e estimular a naturalização da violência.

Por fim, ao dizer “*que a maior autoridade deste país é uma mulher, uma mulher que não tem medo de enfrentar os injustos nem a injustiça*”, Dilma Rousseff traz a memória consigo. Uma memória viva de uma mulher que lutou junto com outras mulheres e homens contra “outros monstros”, como o monstro da ditadura militar. Aqui ela se utiliza de elementos de sua história de vida, engajada e militante, para coagir os agressores e alertá-los sobre a punição.

Em síntese, com a análise destas políticas públicas, compreendemos que é necessário trabalhar para que se possa ampliar os direitos civis e políticos das mulheres. E assim, perceber que o papel do Estado é

fundamental nesta caminhada para que as políticas públicas no combate às diferentes formas de desigualdades de gênero não sejam ações pontuais de programas deste ou daquele governo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos pontos discutidos neste trabalho, nota-se que a força do patriarcado e das premissas machistas ainda se sobrepõe à real situação das mulheres na sociedade brasileira, visto que, mesmo com a eclosão de inúmeros movimentos sociais de mulheres e de feministas, os discursos professados por lideranças femininas, como a atual presidente do país Dilma Rousseff, naturalizam em vez de contribuírem para fomentar o processo permanente de luta pela emancipação da mulher.

A posição onde Dilma Rousseff se encontra é muito significativa politicamente, por isso o incômodo científico em perceber que seus discursos fazem muitas referências à questão da violência doméstica, mas em poucos trechos de seus pronunciamentos realmente assume a responsabilidade enquanto gestora principal das políticas públicas para resolução dos problemas de violência, discriminação, preconceito, silenciamento e submissão a que estão submetidas boa parte das mulheres neste país, em especial as negras, deficientes e moradoras da zona rural.

Ao se referir à mulher, Dilma não cria uma “nova imagem” do que possa ser ou vir a ser uma mulher brasileira. Queremos dizer que existe uma heterogeneidade e uma multiplicidade de formas de ser e de representar as imagens do que é ser mulher, mas ela ora não diz, ora reproduz desigualmente significados e simbologias de uma mulher que o machismo, o sexismo e o patriarcado criou e tem reforçado até hoje, ou seja, de mulher mãe, conformada, esposa, frágil, procriadora, zeladora da família e da nação, por outro lado multifuncional e capaz de assumir inúmeros papéis dentro do espaço do mundo privado.

Dilma Rousseff não traz, de fato, a violência contra as mulheres como um problema político, cultural, social e de saúde pública. Enquanto faz pronunciamentos adjetivando, romanceando e tentando responsabilizar as mulheres pela transformação da nação, neste Dia Internacional que é antes de Dia de Luta, milhares de meninas e mulheres, sobretudo negras e pobres, são assassinadas, estupradas, espancadas, caladas, violentadas de diversas maneiras, até mesmo por integrantes próximos às suas próprias famílias.

A partir da discussão feita pela Análise de Discurso (ORLANDI, 2007a, 2007b), pudemos visualizar que seu discurso posiciona a mulher de maneira submissa, reproduzindo os papéis sociais que lhes foi dado historicamente na sociedade brasileira, e que quanto mais enaltece características comportamentais e psicológicas, mais vulnerável à violência torna essas mesmas mulheres.

A violência contra as mulheres é um fenômeno multidimensional que afeta todas as classes sociais e se constitui como uma das principais formas de violação aos direitos humanos, atingindo as mulheres em seu direito à vida, à saúde e à integridade física (RASEAM, 2013, p.103).

Contudo, sabendo que ela tem uma força significativa no imaginário desses sujeitos sociais, até mesmo pela trajetória concreta de mulher militante que construiu politicamente. Então, por que não problematizar mais profundamente os discursos, trazer dados sociais relevantes de fato para que seus eleitores (ou não) possam tomar consciência do que realmente significa o Dia Internacional da Mulher?

Conclui-se, sinteticamente, a partir da pesquisa em questão, que mesmo que tenhamos na Presidência da República uma mulher, ainda há um certo pudor que limita a publicização das reais causas dos fenômenos concretos de desigualdades sociais e a auto responsabilização política dos governos nos seus discursos.

Hipotetizamos que a dominância do poder masculino na esfera social e política ainda é um dos fenômenos inibidores que obstruem a transparência dessas informações. Possivelmente, discursos que tratassem de problemas sistêmicos e que trouxessem possíveis soluções de transformação real no campo das políticas públicas, poderiam ser boicotados.

Aprofundar a leitura desses quatro textos presidenciais (de 2011 a 2014) nos revela que os pronunciamentos da presidenta não buscam romper de imediato com as imagens historicamente vinculadas à condição feminina, naturalizadas rotineiramente pelos meios midiáticos e por grupos culturais e políticos demarcadamente machistas.

Nota-se em todos os discursos a reprodução de estereótipos que engessam e fixam uma determinada identidade feminina, reproduzindo para elas funções, responsabilidades e adjetivos que, de algum modo, servem para mantê-la estrategicamente associada à esfera do mundo doméstico.

Como mostramos ao longo da monografia, desnaturalizar estas construções histórico-sociais, estranhar os discursos, desmistificar estes sentidos reproduzidos em torno do ser mulher e problematizar as causas que continuam gerando tantas desigualdades são estratégias importantes para enxergar possibilidades, num contexto de tantas formas de silenciamento das vozes e vontades femininas.

Quiçá o trabalho mais sistematizado com os conteúdos “diversidade sexual” e “diversidade de gênero”, nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Licenciaturas (2015) de todo o país possa contribuir, de alguma forma, para empoderar mais as mulheres e demais minorias para a cobrança de seus direitos.

## REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ GONZÁLEZ, Ana Isabel. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres**. Tradução Alessandra Ceregatti ... (et al) – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular: SOF – Sempre Viva Organização Feminina, 2010. 208 p.

BARRETO, Ana Cristina Teixeira. **Carta de 1988 é um marco contra discriminação**. Revista Consultor Jurídico 1, 05 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-nov-05/constituicao-1988-marco-discriminacao-familia-contemporanea>>. Acesso em: 05/08/2015.

BRASIL, **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso: maio de 2014.

\_\_\_\_\_, Congresso Nacional. **Comissão Parlamentar Mista De Inquérito. Relatório Final, Brasília, Julho de 2013**. Disponível: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496481>>. Acesso: maio de 2014.

\_\_\_\_\_, **Conselho Nacional de Justiça**, 2014. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/pj-lei-maria-da-penha/o-que-e-a-violencia-contra-a-mulher>>.

\_\_\_\_\_, **Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/index.php>>. Acesso: maio de 2014.

\_\_\_\_\_, **DCNs das Licenciaturas**. Resolução CNE nº02, de 01 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

\_\_\_\_\_, **Ministério da Educação**. Nota Técnica nº24/2015 – CGDH/DPEDHUC/SECADI/MEC.

\_\_\_\_\_, **Palácio do Planalto**. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/>>. Acesso: maio de 2014.

\_\_\_\_\_, **Palácio do Planalto**. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/presidenta/biografia/biografiadilma>> Acesso: 01/11/2015.

\_\_\_\_\_, Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (2013)**. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Novembro, 2013. 170 p.

\_\_\_\_\_, Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (2014)**. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015. 181 p.

CERVERA, Julia Pérez e FRANCO, Paki Venegas. **Manual Para O Uso Não Sexista Da Linguagem**. 2006.

**Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, "convenção de Belém do Pará"**. 1994. Disponível: <<http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acesso: 23/11/2015.

FARIA, Nalu. **Para a erradicação da violência doméstica e sexual**. Síntese da palestra apresentada na Conferência "Hacia la erradicación de la violencia sexista", I Foro Social Américas, julho 2004, Quito, Equador.

FIGUEIREDO, Maria Flávia, e VERZOLA, Marina Gláucia. **Mulheres No Poder: A Constituição Do Ethos Retórico No Primeiro Discurso De Dilma Rousseff Como Presidente Do Brasil**. Anais do SILEL. Volume 2, Número 2. Uberlândia: EDUFU, 2011.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. **Memória, mulher e política: do governo das capitânicas à presidência da república, rompendo barreiras**. In TASSO, I., and NAVARRO, P., orgs. *Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas* [online]. Maringá: Eduem, 2012. pp. 183-208.

FREITAS, Viviane Gonçalves. **Mulheres em foco: as contribuições da pesquisa da Perseu Abramo para o HGPE de Dilma**. ST17 Mídia, política e eleições, 23 a 27 de setembro de 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008, p.17-23.



MENDONÇA, Ricardo Fabrino e OGANDO, Ana Carolina. **Discursos sobre o feminino: Um mapeamento dos programas eleitorais de Dilma Rousseff.** REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 28 N° 83, outubro/2013.

MILLEN, Juliana; OLIVEIRA, Luiz Ademir de. E, VELLOSO, Mariele. **A construção da imagem da candidata Dilma Rousseff (PT) na disputa presidencial de 2010 no HGPE sob o prisma da identidade feminina.** XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Ouro Preto – MG, 2012.

MORAES, A. C.; GUIMARÃES, E. F.; TOMAZI, N. D. **Sociologia. Orientações Curriculares do Ensino Médio.** Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos.** 6ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos.** São Paulo: Pontes, Campinas. 2007.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Leitura.** São Paulo: Cortez, Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

PEDRO, Claudia Bragança e GUEDES, Olegna de Souza. **As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres.** In: Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010. GT 2: Gênero e movimentos sociais – Coord. Renata Gonçalves.

ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. **A VITIMIZAÇÃO DE MULHERES POR AGRESSÃO FÍSICA, SEGUNDO RAÇA/COR NO BRASIL.** P.133-158. In: Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes... [et al.].- Brasília : Ipea, 2013. 160 p.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente, 2ª reimpressão.

\_\_\_\_\_. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher.** Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88391999000400009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400009)>. Acesso: 01/02/2016.

\_\_\_\_\_. ***A questão da mulher na perspectiva socialista.*** Lutas Sociais, São Paulo, n.27, p.82-100, 2o sem. 2011.

Secretaria de Políticas para as Mulheres Presidência da República. **4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES.** Texto Base. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Junho de 2015.

SILVA, Maria Nilda da. ***A mulher negra.*** Revista Espaço Acadêmico. Ano II, nº 22. Março de 2003. ISSN 1519.6186. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/022/22csilva.htm>. Acesso em 04 fevereiro 2016.

SOUZA, Celina. ***Políticas Públicas: uma revisão da literatura.*** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. ***Autoria, Efeito-leitor e Gêneros de Discursos.*** Disciplina do Curso de Especialização REDEFOR-UNICAMP de Língua Portuguesa. Campinas/SP: SEE-SP/UNICAMP, 2011. Disponível em: <[https://autoria.ggte.unicamp.br/tinymce/plugins/filemanager/files/lingua\\_portuguesa/modulo\\_02/autoria\\_efeitoleitor\\_generos\\_discurso/programa-monica-disciplina\\_4.pdf](https://autoria.ggte.unicamp.br/tinymce/plugins/filemanager/files/lingua_portuguesa/modulo_02/autoria_efeitoleitor_generos_discurso/programa-monica-disciplina_4.pdf)>. Acesso: maio de 2014.

# **ANEXOS**

## ANEXO 01 DISCURSO DE 2011

**Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de início do Mês da Mulher<sup>21</sup>: Trabalho e Cidadania por Portal do Planalto (publicado 01/03/2011 19h06, última modificação 04/07/2014 20h05)**

A Presidenta participa de dois eventos que fazem parte da programação do governo federal em comemoração ao mês da Mulher: o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) e o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais (POPMPR)

### **Irecê-BA, 1º de março de 2011**

Primeiro, eu queria desejar boa tarde a todos. Boa tarde! Todos nós estamos aqui até agora, sem almoçar, mas estamos aqui firmes. Eu queria também dar uma boa tarde especial às mulheres baianas aqui presentes. Com isso, eu não estou preterindo os nossos companheiros homens, mas é porque hoje é o primeiro dia do mês da mulher, o mês em que se comemora o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. E aí, também, porque apesar de nós sermos 52% da população e, portanto, as mulheres serem maioria, os outros 48% são nossos filhos e, aí, fica tudo em casa. Então, ao cumprimentar as mulheres eu estendo também o cumprimento a todos os nossos companheiros aqui presentes.

E vou saudar o Jaques Wagner, governador da Bahia, meu querido companheiro. E, ao saudá-lo, estou saudando todos, mas todos mesmo, os baianos. E, ao mesmo tempo, estou agradecendo à Bahia porque eu tenho muito orgulho de ter sido, como candidata à presidenta, a candidata mais votada aqui na Bahia. E tenho muito orgulho também de ter aqui feito a maior vantagem, e isso eu devo a vocês, homens e mulheres da Bahia. Vou saudar a minha querida amiga, a Fatinha. O Jaques disse que a Fatinha é brava, mas a Fatinha não é brava, a Fatinha é firme, é outra coisa, é firme.

Vou cumprimentar aqui cada um dos ministros de Estado, vou dirigir um cumprimento especial para a nossa Senadora, a Senadora, primeira senadora eleita

---

<sup>21</sup> Disponível em: < <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-inicio-do-mes-da-mulher-trabalho-e-cidadania> >. Acesso: maio de 2014.

pela Bahia, com muito orgulho para todas nós, mulheres brasileiras. Queria cumprimentar também os deputados federais aqui presentes,

Dirigir um cumprimento, do fundo do coração, para o nosso prefeito de Irecê, o Zé das Virgens, José Carlos Dourado das Virgens. Queria também cumprimentar todos os secretários e secretárias aqui, ao saudar a minha querida companheira secretária estadual da Casa Civil, Eva Chiavon.

Hoje eu estou dando preferência para as mulheres. Então, a Petrobras eu vou saudar saudando primeiro a Maria das Graças Foster, que é a primeira diretora mulher da Petrobras. E aí, para os dois não ficarem tristes, eu cumprimento o presidente da Petrobras, o nosso baiano Zé Sérgio Gabrielli, e o Miguel Rossetto, que é presidente da Petrobras Biocombustível.

E eu vou cumprimentar agora, de forma muito carinhosa, as nossas companheiras que aqui representam o movimento de mulheres e as organizações de mulheres. Vou cumprimentar a Verônica Santana, coordenadora do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste. Verônica, um abraço.

A Elisângela, da Federação das Mulheres da Agricultura Familiar. A Carmen, aquela mulher forte que esteve aqui e falou com muita firmeza, convicção, mas também com grande amor no coração. A Carmen, da Secretaria Nacional de Mulheres [Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais] da Contag, a Confederação [Nacional] dos Trabalhadores na Agricultura,

A Célia, da Secretaria da Mulher Extrativista, Anunciação, do Movimento [Interestadual] das Quebradeiras de Coco Babaçu, A Adriana, do Movimento de Mulheres Camponesas, Adenilva, do Movimento dos Pequenos Agricultores,

Queria cumprimentar, então, os meus queridos prefeitos. Porque, junto com o Governador, é com os prefeitos que nós fazemos a parceria, e é com os prefeitos que nós, desde o governo do presidente Lula, e no meu governo vamos continuar da mesma forma, fazemos as parcerias. Sem essa relação, nós não íamos conseguir executar todos os nossos projetos. Então, senhores prefeitos, eu cumprimento a minha parte da lista.

Cumprimento os prefeitos: de Gavião, a prefeita Benvinda; o dr. Francisco, prefeito de Ibitita; o Davi... Ibititá. Agora, para saber que é Ibititá, tem que ter um acento no “tá”, Ibititá; o prefeito David, de Ipupiara; a prefeita Valdice, de Jacobina; o prefeito Ronaldo, de Jussara; o prefeito Marcos, de Lençóis; o prefeito Antônio, de

Mairi; o prefeito Rui Dourado, de João Dourado; a prefeita Moema, a nossa querida prefeita Moema, que veio lá de Lauro de Freitas prestigiar aqui essa cerimônia; a prefeita Luzina, de Mundo Novo; o prefeito Marcos, de Palmeiras; o prefeito Roberto Carlos, de Presidente Dutra; prefeito José Bonifácio, de Rui Barbosa; prefeito Antônio Roquildes, de São José do Jacuípe; prefeito Reginaldo, de Itagi; prefeito João Hipólito, de Abaíra; prefeito Orlando, de Barro Alto; prefeito Litercílio, de Brota de Macaúba; prefeito Adão, de Itaguaçu da Bahia; prefeita Mariângela, de Lajedo do Tabocal; prefeito Procópio, de Jussiape; prefeito Ney Amorim, de Ibipeba. Se algum prefeito... Prefeito Edmar... Prefeito Edmário, de Iraquara. Prefeito Caca, de Miguel Calmon. São dois que faltavam, então.

Bom, eu, primeiro... Quitéria, de Cardeal da Silva. Logo uma mulher, não é? Logo uma mulher, Quitéria. E Josefina, de Coaraci. Formoso? Iraci, de Campo Formoso. Vocês vejam que deu mais de 50 prefeitos, se eu não me engano, deu 51 prefeitos e prefeitas.

Bom, eu estou aqui, hoje, com uma missão muito... Eu acredito que uma missão que a mim muito me orgulha. Primeiro, Irecê e a Bahia são o primeiro estado e o primeiro município que eu visito com esse contato tão forte, tão amigo, tão caloroso e tão carinhoso da população. Eu queria dizer para vocês que eu estou muito comovida.

Eu venho aqui a Irecê (falha no áudio) para lançar um programa que nós consideramos o programa que demonstra, desde a época do governo do presidente Lula, demonstra o nosso compromisso com aquela parcela da população brasileira que foi sempre abandonada, sempre tratada como sendo uma parte da população que não interessava ao Brasil.

Nós temos a convicção de que este país só será grande se todos os brasileiros e brasileiras forem grandes com ele. Por isso, cada brasileiro, cada brasileira, cada família brasileira, ela tem de ser o centro da nossa política, a coisa mais importante para um governo. Se não for assim, o Brasil perde a sua maior riqueza, que não é – apesar de ser importante que a gente tenha – o petróleo, que não é a quantidade de minério que nós temos, mas é, sobretudo, a nossa população. É o que nos torna um dos países maiores, mais fortes e com um futuro garantido pela frente de prosperidade e justiça. Mas isso depende de nós. Somos

nós que temos de construir essa justiça, essa prosperidade. Nós quem? Nós, governo, nós, movimentos sociais, e nós, povo de todos os rincões do Brasil.

E aqui, eu venho a Irecê e aproveito para lançar o reajuste do programa Bolsa Família. Desde 2009 que o programa Bolsa Família não tinha reajuste. Por quê? Porque no ano de 2010 era ano eleitoral, e a gente não fez política com o Bolsa Família em época de eleição. Por isso eu estou hoje aqui para cumprir esse papel fundamental, que é de priorizar aqueles mais pobres do nosso país. Vocês ouviram sempre, desde a minha posse, desde a campanha eleitoral, eu assumi um compromisso, e esse compromisso está clarinho no lema do meu governo: “País Rico é País sem Miséria [Pobreza]”. País rico é país sem miséria. Daí porque esse compromisso de acabar com a miséria absoluta, com a pobreza extrema é algo que eu assumo com muita convicção, com muita fé, mas, sobretudo, com muita emoção.

O Bolsa Família, ele é um programa que tem por objetivo atender e dar apoio àqueles que são a parte da população mais pobre do país. E aí, nós temos tido a parceria com os prefeitos, que fazem os cadastros. E eu peço aos prefeitos para sempre procurar melhorar cada vez mais o cadastro, para que a gente possa dar mais a quem mais precisa. E aí, o Bolsa Família, hoje, ele vai ter um reajuste muito significativo.

Nós vamos dar um reajuste para o Bolsa Família beneficiando a quem tem mais filhos. Por que nós estamos beneficiando quem tem mais filhos? Porque as famílias com mais filhos são aquelas também que têm maior dificuldade de enfrentar a vida e que têm o nível de pobreza maior. Além disso, no Brasil, as crianças e os jovens são a parte da população também que sofre mais com a pobreza extrema. Porque os mais velhos têm aposentadoria garantida, têm o benefício da prestação continuada. Por isso, nós vamos dar um reajuste para a parcela que é relativa a filhos de 45%. Essa parte do Bolsa Família é uma parte muito importante, porque ela é dada conforme a existência de filhos nas famílias do Bolsa Família.

E é bom que se diga: os dados que a gente pesquisa – porque a gente pesquisa para olhar o Bolsa Família, como é que ele está evoluindo. Então, uma coisa a gente sabe: que as crianças e os jovens beneficiados pelo Bolsa Família, eles avançam mais na escola, eles se alimentam melhor, e eles demoram mais a ser tirados da escola e a ser colocados para trabalhar. Porque a condição para receber

Bolsa Família é botar a criança na escola e é garantir que a criança tenha acesso à vacinação.

Por isso, hoje eu estou aqui para dar início ao meu Programa de Erradicação da Miséria. Ele vai ter, esse programa, ele ainda está sendo elaborado, mas ele tem a sua primeira parte, o seu primeiro passo dado por esse reajuste forte no Bolsa Família recebida por crianças que ganham até... aliás, por famílias que têm filhos, que têm crianças pequenas, sobretudo.

Eu queria dizer, também, que as outras parcelas do Bolsa Família vão sofrer um reajuste, mas será um ajuste menor. No total, nós vamos despende em torno de 2 bilhões e 100 milhões com este reajuste. E isso é a primeira parte – vou repetir – do Programa de Erradicação da Miséria, de diminuição da pobreza no Brasil.

Eu queria destacar para vocês uma outra coisa. Quando a gente diz que o Bolsa Família é só uma parte do caminho, não é o caminho todo, é muito importante. Por quê? Nós queremos fazer duas coisas ao mesmo tempo: garantir que as famílias que precisam tenham um dinheiro para garantir comida para as crianças, para garantir que as crianças tenham acesso a material escolar ou, até, que a mãe possa comprar remédio. Mas, ao mesmo tempo, a gente quer que as famílias do Bolsa Família tenham uma outra perspectiva na vida: que o pai e a mãe possam encontrar um emprego decente, melhorar a sua renda e colocar comida na mesa dos filhos, colocar os filhos para estudar de forma cada vez melhor. Por isso, o Bolsa Família é uma parte do nosso projeto. A outra parte é necessariamente, é necessariamente as oportunidades de participar produtivamente da vida da sociedade.

E, aí, eu quero me referir, aqui, à agricultura familiar, aos agricultores familiares, às agricultoras familiares. E lembrar que tanto no Bolsa Família quanto na agricultura familiar nós temos olhado com muito cuidado, com muito carinho para as mulheres. Porque as mulheres, elas são fundamentais quando se trata da família. Todo mundo aqui sabe que uma mãe, para deixar um filho sem dar de comer, ela... é quase impossível, ela prefere abrir mão da sua alimentação para o seu filho comer. Por isso as mulheres são aquelas titulares que nós preferimos para receber o cartão do Bolsa Família.

Por isso é importante aumentar o valor e a quantidade do crédito para as mulheres poderem ter seu Pronaf. Porque, com o Pronaf Mulher, ela pode ter



acesso a um financiamento para o seu artesanato, por exemplo. Ela pode costurar, ela pode fazer doce, enfim, ela pode contribuir para a melhoria de renda da sua própria família.

Com o PAA, também a mulher e o homem podem ter também acesso a uma maior renda. Com isso, quando nós fortalecemos a agricultura familiar, a gente quer dar um caminho para a população que recebe Bolsa Família ter uma alternativa.

Mas não é só na agricultura familiar, Jaques. É também na criação de empregos na cidade, aqui na cidade. Você veja como é engraçada a roda que gira o Bolsa Família: a família recebe o Bolsa Família e vai comprar o seu produto ou em um supermercadinho, ou em uma vendinha, ou até em uma feira que ela tenha acesso; com isso, ela vai possibilitar que aquele ou vendedor da lojinha, ou do supermercadinho, ou da feira tenha uma renda melhor. Com isso, ela vai permitir que ele gaste também essa renda, e assim a roda vai girando. Mas o que eu quero dizer é que nós vamos ter de continuar gerando os empregos que nós viemos gerando até aqui também na zona urbana. Porque na zona urbana também os moradores aqui de um município como Irecê conseguem alternativas de trabalho, e isso é fundamental para fazer o Brasil crescer.

Eu quero dizer que eu acredito em uma agricultura familiar que tenha trator, assistência técnica e crédito. E aí, quero dizer que o objetivo do meu governo, anunciado na campanha eleitoral, é assegurar que mais 2 milhões de agricultores tenham acesso a crédito do Pronaf.

Quero lembrar para todos aqui presentes que nós, no ano passado, pelo presidente Lula, colocamos R\$ 16 bilhões de crédito, mas não foram tomados os 16 bilhões, foi tomado um valor menor do que isso, foram tomados 10 bilhões. Então, não é por falta de dinheiro, é por uma coisa que o Jaques disse aqui, que é importante: quem tem projeto, tem dinheiro. No Brasil de hoje, quem tiver projeto, tem dinheiro. E isso é muito importante para cada um de nós, porque assim o Brasil cresce, também, ajudado pelo Bolsa Família e pela agricultura familiar.

Eu estou vendo ali um cartaz escrito: "Mais faculdades públicas". Eu vou, junto com o prefeito, comentar uma coisa: nós abrimos aqui o Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica. Esse Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica, ele começa as aulas no dia 14 de março. As aulas que estão previstas são para formar profissionalmente as pessoas. Eu reivindico, para esse Instituto,

além da oferta do que ele está formando, que é nas áreas de mecânica, de biocombustíveis, uma cadeira especial – e aí eu vou determinar ao Ministro da Educação que faça isso – especial, para a agricultura familiar. Por quê? Quem tem de dar assistência técnica para o agricultor familiar, pode muito bem ser o filho do agricultor familiar, formado numa universidade ou num Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica. A gente tem de aprender que agricultura a gente faz não é só apostando que Deus ajuda. Ele ajuda, mas ele quer sempre que a gente faça por onde, pela nossa parte, e a nossa parte é botar os meninos para estudar e fazer com que nós tenhamos uma agricultura familiar capaz de gerar riqueza no bolso do trabalhador rural, da trabalhadora rural, daquele que é o organizador da produção agrícola na sua unidade.

Eu queria dizer para vocês uma coisa: Sexta-feira eu almocei com o presidente Lula, lá em São Paulo. E eu disse para ele: “Presidente Lula, terça eu vou estar lá na Bahia, em Irecê, porque eu vou reajustar o Programa [Nacional de Fortalecimento] da Agricultura Familiar, e quero fazer isso lá na Bahia, lá em Irecê porque a Bahia é o estado que mais recebe Bolsa Família”. Para justamente falar: vai ter Bolsa Família reajustada, mas também vai ter um caminho novo para vocês. O Presidente, então, me pediu duas coisas. Uma: que dissesse para vocês que ele manda um abraço e manda todo o carinho dele. E a segunda coisa é que ele vai estar conosco nos próximos quatro anos e nós, juntos, o governo e vocês aqui, cada um de vocês aqui, somos responsáveis por fazer e continuar a transformação que nos últimos oito anos o presidente Lula encaminhou.

Eu ajudei nesses oito anos, mas agora a bola está conosco, com os homens e as mulheres – e sobretudo com as mulheres. Porque a mulher sabe de duas coisas também: sabe ter coragem – porque não é uma mulher sem coragem aquela que acorda todo dia de manhã, arruma os filhos, assegura que eles tenham comida, providencia educação, solta os meninos para a escola, encara o trabalho do dia a dia, encara a sua profissão. Mas também, além da coragem, eu acho que a mulher tem uma outra coisa: ela tem carinho. Ela cuida, ela protege, ela dá amor, e ela apoia e incentiva.

O Brasil precisa saber que chegou também mais, mais... eu acho mais cedo do que muitos imaginavam, a hora e a vez das mulheres darem a sua parte nessa história. Não só porque eu cheguei à Presidência da República e eu sou uma

mulher; porque eu concordo, eu não cheguei aqui só por conta da minha história ou de todas as lutas que eu travei ao longo da vida.

Eu cheguei aqui porque uma quantidade muito grande de mulheres saiu de suas casas e foi trabalhar; uma quantidade grande de agricultoras botou a mão na massa e foi plantar; uma quantidade grande de mulheres virou enfermeiras, professoras, professora, que tem de ser valorizada, empregadas domésticas, médicas, mulheres enfermeiras, mulheres agentes de saúde. Enfim, mulheres em todas as áreas. E este mês é o nosso mês, é o mês das mulheres. Mas a generosidade das mulheres faz também que este seja o mês em que nós olhamos para todos os brasileiros, sem exceção, sem discriminação, e olhamos para eles e para as crianças, com muito cuidado para as crianças, porque é a parte mais frágil da nossa população.

Por isso, eu volto ao Bolsa Família e digo: é um caminho para melhorar a distribuição de renda no nosso país, assegurando que as nossas crianças tenham um futuro que seus pais não tiveram. Porque, o que nós queremos para as nossas crianças, nesse momento das suas vidas, quando elas têm até seis anos de idade? Nós queremos uma alimentação saudável, um processo de garantia da sua saúde. E queremos, depois, que elas tenham acesso à educação de qualidade.

E é isso que hoje nós estamos dizendo aqui: o Bolsa Família é uma garantia, para aquelas famílias que não podem esperar, que precisam do seu alimento e precisam de ter apoio para educar seus filhos. Mas também a agricultura familiar, e aqui eu venho, hoje, porque eu quero marcar o início desse 8 de março como o mês que comemora as mulheres guerreiras e fortes da agricultura, as trabalhadoras.

E, aí, eu deixo para vocês a minha fala: carinho e coragem. Esses dois são, eu acho, a marca da mulher brasileira e da mulher baiana.

Viva as mulheres do nosso país!

## ANEXO 02 DISCURSO DE 2012

**Pronunciamento à Nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV, por ocasião do Dia Internacional da Mulher. 08/03/2012 às 19h10. Palácio do Planalto, 08 de março de 2012<sup>22</sup>**

Queridos brasileiros, queridas brasileiras,

Hoje, Dia Internacional da Mulher, é uma data ideal para uma presidenta falar com suas irmãs brasileiras, de coração aberto, de mulher para mulher.

Sinto alegria de chefiar um governo que tem o maior conjunto de programas de apoio à mulher na nossa história. Mas sei que governo e sociedade precisam fazer muito mais para a valorização plena da mulher.

Não é exagerado dizer que cada mulher ainda tem algo a dever a si mesma, e cada homem tem algo a dever à mulher que está a seu lado. Nós, mulheres, vamos continuar em dívida com a gente mesmo se aceitarmos passivamente certa herança negativa que ainda temos sobre os ombros. Cada homem vai continuar em dívida consigo mesmo se não olhar com igualdade, com respeito e com amor sua mulher, sua mãe, sua irmã ou sua filha. A luta pela valorização da mulher é, portanto, um dever de todos: brasileiras e brasileiros de todas as classes, de todos os credos, de todas as raças e de todas as regiões do país.

Minhas irmãs brasileiras,

Minha chegada à Presidência significou um momento único de afirmação da mulher na sociedade brasileira. Não esqueço isso um só minuto, e sei que nenhuma de vocês esquece disso quando olha para mim. Minha eleição reforçou, em alguns setores da sociedade, uma tendência de enaltecimento da força da mulher. Não podemos aceitar o falso triunfalismo, mas também não devemos nos render ao amargor derrotista.

Sei que uma mulher que chegou à Presidência com milhões de votos de brasileiros e de brasileiras não poderá jamais ter uma atitude ressentida contra os homens. Mas sei, muito especialmente, que uma presidenta não pode ter uma política tímida, ultrapassada e meramente compensatória para as mulheres.

---

<sup>22</sup>Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv-por-ocasio-do-dia-internacional-da-mulher>>. Acesso: maio de 2014.

Hoje somos, no Brasil, 97 milhões de mulheres, ou seja, 51% da população. Quarenta por cento das nossas famílias são chefiadas atualmente por mulheres, quando, dez anos atrás, não passavam de 25%.

Nos últimos anos, a taxa de desemprego feminino vem caindo com mais força, mas ocupamos apenas 45% das vagas de trabalho disponíveis, e continuamos recebendo menos que os homens pelo mesmo trabalho realizado. Isso tem que melhorar.

O pior é que, em certas circunstâncias, a mulher continua sendo a mais pobre dos pobres, a mais sofredora entre os sofredores. Mas até aí nos surpreende a força da mulher, porque mesmo quando está em uma dura condição de pobreza, a mulher é a principal mola de propulsão para vencer a miséria. Sabe por quê? Porque ela é o centro da família. Porque quando uma mulher se ergue, nunca se ergue sozinha, ela levanta junto seu companheiro, ela levanta junto seus filhos, ela fortalece toda a família.

Vem daí a importância que damos à mulher, nos nossos programas sociais. Noventa e três por cento dos cartões do Bolsa Família estão, por exemplo, em nome de mulheres, são mais de 19 milhões de mulheres que vão ao banco todo mês buscar e administrar recursos para ajudar no sustento da família. Quarenta e sete por cento dos contratos da primeira etapa do Minha Casa, Minha Vida foram assinados por mulheres. Esse percentual será ainda maior no Minha Casa, Minha Vida 2. Nele, a escritura dos apartamentos populares será feita em nome da mulher.

Minhas amigas e meus amigos,

A mulher é um ser empreendedor, precisa, portanto, de oportunidades. A mulher é uma pessoa, antes de tudo, dedicada e trabalhadora, precisa, portanto, de emprego e de capacitação para o trabalho. Temos estimulado programas de capacitação, microcrédito e igualdade no emprego. Temos procurado apoiar a luta das mulheres em todas as áreas, sejam elas cientistas, profissionais liberais, operárias ou empregadas domésticas.

O Programa Mulheres Mil está garantindo formação profissional e tecnológica para a inserção de milhares de mulheres no mercado de trabalho até 2014. E para dar mais autonomia de trabalho às mães pobres do Brasil, estamos construindo, até 2014, seis mil novas creches e pré-escolas.

A mulher é, por natureza, fonte de vida e de energia, mas para cumprir este destino, ela precisa de boa saúde. O nosso governo tem dado, e vai continuar dando, uma atenção toda especial à saúde da mulher e da criança. Criamos o Rede Cegonha, que já beneficiou 930 mil gestantes, em mais de 1.500 municípios. Para atingir esta meta já liberamos R\$ 452 milhões para a assistência materno-infantil.

Em 2011, foram realizadas 20 milhões de consultas pré-natais pelo SUS, um aumento de 133% em relação ao ano de 2003. No ano passado, as gestantes e as nutrizes de baixa renda passaram a ser beneficiárias do Bolsa Família. Em apenas cinco meses, 241 mil delas já foram beneficiadas.

Temos conseguido bons resultados também com os programas de prevenção e diagnóstico do câncer do colo de útero e de mama.

Minhas amigas e meus amigos,

Em todo o mundo a voz da mulher se sobressai na defesa da paz, do amor e da justiça. A mulher brasileira merece, portanto, cada vez mais, justiça, amor e paz. E isso deve começar em cada lar.

Desde 2006 temos, na Lei Maria da Penha, um instrumento poderoso para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Há poucos dias, o Supremo Tribunal Federal fortaleceu o combate à violência doméstica ao decidir que se um homem agredir uma mulher será processado, mesmo que ela não apresente denúncia e mesmo que ela retire a queixa.

Nesta área, o governo federal está fazendo também a sua parte. Ainda este ano vamos ampliar para 1.100 unidades os serviços de atendimento à mulher em situação de violência. E vamos reforçar o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher que já articula, com êxito, ações nos 27 estados brasileiros.

Minhas irmãs brasileiras,

Quero estreitar cada vez mais os laços entre nós. Quero, antes de tudo, que vocês sejam os olhos e o coração do meu governo, sejam a minha voz e o meu ouvido. Porque você, minha irmã, é quem mais sente na pele as deficiências do serviço público: quando leva seu filho ao hospital, você vê como está o atendimento de saúde; você acompanha a escola do seu filho; você vê no supermercado se o preço da comida está subindo; você sente medo nas ruas escuras, quando volta do trabalho sozinha, sem segurança.

Quero abrir vários canais de escuta da população, em especial com as mulheres. Pedi ao Ministério da Saúde que, a partir de agora, telefone para todas as parturientes que foram atendidas pelo SUS e perguntem o que elas acharam do atendimento. Quero saber de tudo para melhorar, para poder estimular o que está bem e corrigir o que está mal.

Vou ter também, no meu gabinete, monitores ligados a câmeras, para que eu e meus assessores possamos ver como está o atendimento nos principais hospitais e como vai o andamento das grandes obras. É assim que nós, mulheres, gostamos de cuidar das coisas: vendo todos os detalhes, tintim por tintim.

É fundamental que todas vocês me ajudem nesse trabalho. Acreditem, como eu acredito, que a participação é o melhor caminho para mudar o país. Participem da vida do seu bairro, da sua cidade, do seu estado e da sua nação. Se mobilizem. Já disse que este é o século das mulheres, mas não é o século das mulheres contra os homens, é o século da mulher trabalhando ao lado do homem, de igual para igual, batalhando com fé e amor por sua família e por seu país.

Viva o Dia Internacional da Mulher! Viva a mulher brasileira!

Obrigada. Boa noite.

### ANEXO 03 DISCURSO DE 2013

**Pronunciamento à Nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV, por ocasião do Dia Internacional da Mulher. 08 de março de 2013. 08/03/2013 às 20h40.<sup>23</sup>**

Meus queridos brasileiros e, muito especialmente, minhas queridas brasileiras,

Hoje, Dia Internacional da Mulher, eu quero dar mais que um abraço carinhoso a todas vocês, que me ajudam com muita força e dedicação a construir um novo Brasil para os nossos filhos e para os nossos netos.

Em homenagem à sua luta diária, decidi anunciar hoje três medidas muito importantes para você e para sua família. Importantes especialmente para as mães de família mais pobres e as de classe média, que dividem, com seus maridos, a responsabilidade pelo sustento da casa.

Primeira medida que anuncio hoje. A partir de agora, todos os produtos da cesta básica estarão livres do pagamento de impostos federais. Espero que isso baixe o preço desses produtos e estimule a agricultura, a indústria e o comércio, trazendo mais empregos. Com esta decisão, você, com a mesma renda que tem hoje, vai poder aumentar o consumo de alimentos e de produtos de limpeza, e ainda ter uma sobra de dinheiro para poupar ou aumentar o consumo de outros bens.

Desde o mês passado você está pagando uma conta de luz mais barata. Agora, com mais esta redução de despesas, você vai poder equilibrar um pouquinho melhor o seu orçamento doméstico. Para que a medida seja ainda mais benéfica, definimos um novo formato da cesta básica de alimentos. Esse formato respeita seus hábitos de alimentação e de higiene, além de priorizar os alimentos de mais qualidade nutritiva, o que vai trazer mais saúde para você e para sua família.

Fazem parte dessa cesta carnes bovinas, suína, aves e peixes, arroz, feijão, ovo, leite integral, café, açúcar, farinhas, pão, óleo, manteiga, frutas, legumes, sabonete, papel higiênico e pasta de dentes. Boa parte desses produtos já não

---

<sup>23</sup> Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv-por-ocasio-do-dia-internacional-da-mulher-1>>. Acesso: maio de 2014.



pagava o Imposto sobre Produtos Industrializados, o IPI, mas ainda incidia uma alíquota de 9,25% do PIS/Cofins sobre os principais alimentos que você consumia.

Com muita alegria, informo que a partir de hoje isso acabou. Não será cobrado mais nenhum imposto federal sobre carnes bovina, suína, aves e peixes, nem sobre o café, o açúcar, o óleo de cozinha, a manteiga, o sabonete, o papel higiênico e a pasta de dentes, o que significa que todos os produtos da cesta básica estão livres de impostos federais.

Conto com os empresários para que isso signifique uma redução de pelo menos 9,25% no preço das carnes, do café, da manteiga, do óleo de cozinha, e de 12,5% na pasta de dentes, nos sabonetes, só para citar alguns exemplos.

Com esta decisão, o governo abre mão de mais de R\$ 7 bilhões e 300 milhões em impostos ao ano, mas os benefícios que virão para a vida das pessoas e para a nossa economia compensam esse corte na arrecadação.

Aproveito, agora, para mandar um recado muito particular para os nossos produtores e comerciantes, do campo e da cidade. Vocês vão logo perceber que essa medida trará uma forte redução nos seus custos, e isso vai dar margem para a expansão dos seus negócios. Esta mudança será especialmente percebida nas pequenas comunidades. Como nelas o comércio e o setor de serviços estão voltados principalmente para suprir as demandas básicas da população, o aumento do poder de compra das pessoas vai trazer benefícios imediatos para toda a economia.

Minha querida amiga,

Governo este país com a mesma responsabilidade que você e seu marido governam sua casa. Governo também com a mesma sensibilidade e cuidado que vocês devotam à sua família. É por isso que não descuido um só momento do controle da inflação, pois a estabilidade da economia é fundamental para todos nós. Mas é por isso também que não deixo de buscar sempre novas formas de baratear o custo de vida dos brasileiros e de proteger o seu poder de consumo e os seus direitos de consumidor.

Foi assim que baixamos os juros para os mais baixos níveis da nossa história. Foi assim que reduzimos, como nunca, a conta de luz de todos os brasileiros. É assim agora que acabamos com os impostos federais na cesta básica para reduzir o preço dos alimentos e dos produtos de limpeza. Mas todo esse

esforço estaria incompleto se não encarássemos de forma decisiva e corajosa a defesa dos direitos do consumidor.

Dessa forma, a segunda medida importante que tenho a anunciar hoje é exatamente a da criação de uma nova política federal de defesa dos consumidores. No próximo dia 15 de março, não por coincidência, o Dia Internacional do Consumidor, vamos anunciar um elenco de medidas que transformarão a defesa do consumidor, de fato, em uma política de Estado no Brasil. Com o tempo, essa nova política vai colocar o Brasil no mesmo padrão dos países mais avançados do mundo na defesa desses direitos essenciais do cidadão.

Adianto, de forma bem resumida, que essas medidas vão abranger, de um lado, a criação de novos instrumentos legais para premiar as boas práticas e punir as más, e, de outro, vão reforçar e apoiar as estruturas já existentes, como é o caso dos Procons. Vamos criar mecanismos capazes de dar respostas mais ágeis e mais efetivas às demandas do consumidor atingido em seus direitos. Vamos cobrar melhorias de serviços e mais transparência das empresas e do próprio governo. Vamos informar e conscientizar o consumidor brasileiro, de forma incessante, sobre todos os seus direitos.

Em suma, o Brasil vai fiscalizar com mais rigor, aplicar multas mais adequadas, vai conscientizar empresas, consumidores e toda a sociedade sobre as vantagens, para todos, da melhoria das relações de consumo. Não podia ser diferente. Com a inclusão social, fizemos nascer novos consumidores. É nossa obrigação agora defendê-los, pois essa é uma forma poderosa de cuidar do desenvolvimento do Brasil.

Minhas queridas brasileiras,

Repito, neste dia dedicado mundialmente a cada uma de nós, que um governo comandado por uma mulher tem mais que obrigação de lutar pela igualdade de gênero, pela defesa intransigente dos mesmos direitos para homens e para mulheres. Esta, aliás, deve ser a disposição de qualquer governo, seja ele comandado por um homem ou por uma mulher. Não se trata apenas de uma questão ética ou humanística. Trata-se de uma questão eminentemente estratégica.

Nenhum país moderno pode desperdiçar a energia e o talento das mulheres, sob o risco de deformar o seu presente e comprometer o seu futuro. A desigualdade de gênero não é apenas socialmente maléfica, como economicamente destrutiva.

Por sabermos disso, somos o governo com o maior volume de políticas públicas em favor da mulher em nossa história, mas precisamos e vamos fazer muito mais.

Por falar nisso, passo à terceira medida que anuncio hoje. O governo federal vai instalar, em cada estado, um moderno centro de atendimento integral à mulher, que contará, entre outros serviços especializados, com um setor de prevenção e atenção contra a violência doméstica, e outro de apoio à mulher, à mulher empreendedora, com ferramentas de estímulo ao pequeno negócio, como o microcrédito e a capacitação profissional.

O Brasil, como único país emergente onde, nos últimos anos, diminuiu a desigualdade social, tem a responsabilidade de diminuir, ainda com mais rapidez, a desigualdade entre homens e mulheres. O Brasil, como um dos poucos países do mundo que, nesses anos de crise, aumentou sem parar o emprego, tem mais que obrigação de garantir melhores oportunidades e salário mais justo para as mulheres. E o país que retirou, em dois anos, 22 milhões de brasileiros e brasileiras da miséria, tem que ser um defensor intransigente dos direitos humanos das mulheres.

Isso significa, principalmente, intensificar o combate contra os crimes monstruosos do tráfico sexual e da violência doméstica, como estamos fazendo. A violência doméstica, aliás, tem que ser varrida dos nossos lares e do nosso território. Já temos instrumentos poderosos para isso, como a Lei Maria da Penha, que é uma das melhores do mundo. É preciso agora maior compromisso e participação de todos nós.

Para encerrar, faço um especial apelo e um alerta àqueles homens que, a despeito de tudo, ainda insistem em agredir suas mulheres. Se é por falta de amor e compaixão que vocês agem assim, peço que pensem no amor, no sacrifício e na dedicação que receberam de suas queridas mães. Mas se vocês agem assim por falta de respeito ou por falta de temor, não esqueçam jamais que a maior autoridade deste país é uma mulher, uma mulher que não tem medo de enfrentar os injustos nem a injustiça, estejam onde estiverem.

Viva o Dia Internacional da Mulher! Viva a mulher brasileira! Muito obrigada e boa noite.

## ANEXO 04 DISCURSO DE 2014

**Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do Dia Internacional da Mulher. 08/03/2014 às 20h30.<sup>24</sup>**

Meus queridos brasileiros e, muito especialmente, minhas queridas brasileiras.

Hoje, Dia Internacional da Mulher, podemos dizer que o Brasil tem muito a comemorar e muito a fazer.

As mulheres são a maior força emergente no mundo, e o Brasil está contribuindo, de forma decisiva, para que essa força se amplie e se torne cada vez mais presente. Das 20 maiores economias mundiais somos, proporcionalmente, a que tem mais mulheres empreendedoras. Mulheres que abrem seus próprios negócios e enfrentam, com coragem e competência, as dificuldades para crescer e prosperar.

Nos últimos onze anos, das 36 milhões de pessoas que saíram da extrema pobreza, mais da metade são mulheres. Igualmente são mulheres, mais da metade das 42 milhões de pessoas que alcançaram a classe média.

O Brasil criou, nos últimos três anos, 4 milhões e 500 mil empregos. Mais da metade desses empregos, com carteira assinada, foram conquistados pelas mulheres. Por este e outros motivos, podemos dizer que a mulher é a nova força que move o Brasil. Mas temos que admitir que o Brasil precisa ainda dar mais força às suas mulheres.

Minhas queridas amigas, tudo que vocês conseguiram até hoje foi fruto do esforço e da coragem de cada uma de vocês. Foi fruto igualmente do apoio de suas famílias. Sabemos também que se abre um novo mundo de oportunidades, quando a força da mulher encontra apoio nas políticas do governo.

Cada casa brasileira, e cada empresa deste país, mostram o que cada mulher é capaz de fazer por sua família e pelo progresso do Brasil. Somos um país líder no empreendedorismo feminino porque a mulher brasileira tem a sensibilidade de perceber que, abrindo um negócio próprio, ela pode administrar melhor sua vida e a de sua família.

---

<sup>24</sup> Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-por-ocasio-do-dia-internacional-da-mulher>>. Acesso: maio de 2014.

Mas isso ocorre, também, porque o Brasil criou novas linhas de crédito para as mulheres e, neste item, somos, hoje, destaque no mundo. Vejam o caso do programa Crescer, que é destinado a financiar pequenos empreendedores e oferece dinheiro barato e sem burocracia para a pessoa montar ou ampliar seu próprio negócio. Um dinheiro que pode ser usado como capital de giro ou na compra de máquinas e equipamentos.

Pois bem: de 2011 para cá, mais de 60% de todas as operações foram feitas por mulheres. Esta é uma prova contundente de como a mulher brasileira é guerreira e empreendedora, como sabe buscar o que quer.

No caso do Pronatec, que é o maior programa de formação profissional da história do Brasil, seis em cada dez alunos são mulheres de todas as faixas de idade. São cursos gratuitos, bancados pelo governo federal, e oferecidos no “Sistema S” e nas redes federal e estaduais de educação profissional.

Unimos também o Pronatec ao Brasil Sem Miséria e, de quase um milhão de matrículas, mais de 650 mil foram feitas por mulheres. São mulheres que saem definitivamente da pobreza, aprendendo uma profissão.

Também mais da metade das bolsas do ProUni e dos financiamentos do FIES têm sido concedidos a mulheres. Essa nova realidade explica porque as mulheres já são proprietárias de 44% das franquias do país. Explica também o grande crescimento da participação das mulheres na força de trabalho. Enquanto no início da década de 80 apenas 26% das mulheres trabalhava, hoje, 50% delas estão ocupadas. Os números são muito bons, mas precisam melhorar muito mais.

Minhas amigas e meus amigos, o Brasil também se destaca, no mundo, no apoio às mulheres socialmente vulneráveis. Este é um segmento que meu governo vê com especial atenção, pois, quanto mais pobre a família, mais a mulher tem um papel central na estruturação do núcleo familiar.

Por isso, 93% dos cartões do Bolsa Família têm a mulher como titular, e das 1 milhão e 600 mil casas já entregues pelo Minha Casa, Minha Vida, 52% estão no nome de mulheres.

No acesso à terra também é assim: 72% das propriedades da reforma agrária são de mulheres. Ao mesmo tempo, o governo tem oferecido mais crédito e assistência técnica para as trabalhadoras rurais. São mais mulheres produzindo

alimentos, tomando decisões e conquistando autonomia. Fortalecemos, assim, o papel da mulher na família, na sociedade urbana e no mundo rural.

Essas novas oportunidades garantem maior autonomia e independência às mulheres e são decisivas para romper o ciclo de violência em que muitas delas ainda vivem. No entanto, precisamos avançar e criar novos instrumentos.

O programa *Mulher, viver sem violência* integra vários serviços em defesa da mulher. Nas 26 casas da mulher brasileira que estamos implantando vamos acolher e proteger as mulheres, colocando vários serviços em um mesmo lugar. O lema dessas casas é coibir a violência e dar oportunidade às mulheres.

Minhas amigas e meus amigos,

Como a primeira mulher a ocupar a presidência do país, vejo com imensa alegria vários programas criados nos últimos anos. Vejo também que muitas barreiras ainda precisam ser rompidas para diminuir a desigualdade entre os gêneros e garantir mais direito – mais autonomia – às brasileiras de todas as classes sociais.

É preciso garantir salário igual para trabalho igual feito por mulheres e homens. É preciso combater sem tréguas a violência que recai sobre as mulheres. É preciso diminuir ainda mais a burocracia e os impostos para que as empresas, lideradas por mulheres, sejam ainda mais numerosas. É preciso que muito mais mulheres ocupem o topo das decisões das empresas e das entidades representativas de toda natureza.

Vejo que é preciso garantir mais creches para cortar a desigualdade pela raiz, dando às crianças pobres as mesmas oportunidades de crianças de classe média, mas também para facilitar o acesso de suas mães ao trabalho.

Falo disso com a legitimidade da presidenta que ampliou as oportunidades para as mulheres e que, mesmo assim, sabe que é preciso fazer muito mais.

Este é o século das oportunidades. Este é o século do Brasil. E este é, sem dúvida, o século das mulheres! A mulher é a nova força que move o Brasil.

Com esta força e esta energia vamos construir um futuro cada vez melhor para as nossas famílias.

Viva o Dia Internacional da Mulher! Viva o Brasil!

Viva a mulher brasileira!

Obrigada. E boa noite.